



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O ano de 2009 foi decisivo para o futuro da EDP Energias do Brasil. Em um contexto externo marcado pela volatilidade dos mercados e por restrições de crédito, operamos profundas transformações na Empresa, que a tornaram mais forte e competitiva, mantendo o nosso rumo estratégico de crescimento orientado, eficiência superior e risco controlado. Nossa atuação foi condicionada, naturalmente, pelo cenário de incertezas desencadeado pela crise financeira internacional, procurando priorizar a manutenção, tanto quanto possível, das margens operacionais e garantir o financiamento necessário para o nosso plano de expansão.

Avançamos na nossa determinação estratégica de crescer em geração. Inauguramos a Pequena Central Hidrelétrica de Santa Fé, no Espírito Santo, demos continuidade à construção da Usina Térmica de Pecém, no Ceará, cumprindo com rigor o cronograma estabelecido, prosseguimos os projetos de repotenciação de três outras usinas e, em associação com a EDP Renováveis S.A., lançamos a implantação do novo parque eólico de Tramandaí, que será erguido no Rio Grande do Sul. Esse empreendimento enquadra-se no compromisso, que assumimos, de ampliar o nosso portfólio de energia renovável.

Para garantir adequadamente o nosso plano de crescimento, asseguramos financiamentos do BNDES (R\$ 1,4 bilhão) e BID (US\$ 327 milhões) para a usina Térmica Pecém I, contratamos, também com o BNDES, uma linha de crédito de R\$ 900 milhões do tipo "credit revolving facility", inovadora no setor elétrico e realizamos uma emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 230 milhões. O sucesso nestas operações, num ano marcado pela crise financeira, evidenciou o reconhecimento da nossa solidez financeira pelo mercado de capitais. Esse reconhecimento foi, aliás, reforçado com a atribuição às nossas Distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa, pela agência de rating Moody's da classificação de Investment Grade.

Alcançamos ainda maior visibilidade com a oferta pública de ações, correspondentes a 9,9% do capital total, que se encontrava em Tesouraria desde finais de 2008. A procura verificada foi quatro vezes maior do que a oferta. Atraímos novos investidores do Brasil, Estados Unidos, Canadá e de diversos países da Europa que enriqueceram, dando diversidade, ao nosso portfólio de acionistas. Captamos R\$ 441,8 milhões, que utilizamos de imediato para diminuir e alongar a nossa dívida, tornando-a mais barata. Adicionalmente, aumentamos significativamente a liquidez de nossas ações na Bolsa.

Na dimensão interna, agimos orientados pelo desafio de mudanças de comportamento de nossos profissionais e ganhos de eficiência, aspectos centrais do Programa de Transformação Empresarial que lançamos: o Programa Vencer. Ele envolveu a redução de níveis hierárquicos e do número de chefias, a revisão dos processos produtivos e o desenvolvimento de uma nova cultura empresarial. No seu âmbito foram estabelecidos entre a Diretoria e cada um dos responsáveis pelas unidades organizativas compromissos de gestão, definindo aspirações e metas individuais, ambiciosas e claramente relacionadas com a transformação da Empresa.

Para além desta transformação interna, que beneficiou a saúde, competitividade e solidez da nossa Organização, 2009 foi um ano francamente positivo para os outros públicos de relacionamento. Este foi o ano em que afirmamos, na plenitude, a marca EDP no mercado Brasileiro. Acreditamos ter evoluído de forma consistente em várias dimensões, que deram corpo aquilo que significa ser "EDP".

Para os acionistas, entregamos resultados melhores do que os de 2008. A receita operacional atingiu R\$ 4,65 bilhões, em linha com o ano anterior; os gastos gerenciais diminuíram 10% face a igual período de 2008, o EBITDA evoluiu 4%, para R\$ 1,42 bilhão; e o lucro líquido chegou a R\$ 625 milhões, tendo crescido 61% face a 2008, não apenas pelo nosso bom desempenho operacional, mas também pela venda da nossa participação na empresa ESC 90 Telecomunicações, concretizando o nosso objetivo de concentrar cada vez mais a nossa atuação no nosso negócio principal.

Este bom desempenho refletiu-se no comportamento da cotação das ações da EDP Energias do Brasil em Bolsa: registraram 60% de valorização no ano.

Investimos em programas e revisamos processos para melhorar a relação com nossos clientes, em iniciativas reunidas no Projeto Mais Cliente. Executamos projetos de eficiência energética, com foco em clientes de menor renda e instituições de saúde, que envolveram a distribuição de 263 mil lâmpadas eficientes, a regularização de 13 mil ligações residenciais e proporcionaram economia global de mais de 27.000 MWh/ano.

Com nossos fornecedores aprofundamos parcerias e tornamos nossos processos de aquisição de bens e serviços mais abrangentes e competitivos.

Na dimensão ambiental ampliamos o comprometimento de todos com o Projeto Econosso, que conjuga educação dos colaboradores pelo consumo consciente e a poupança de recursos naturais. Para a sociedade, o Instituto EDP centralizou os projetos sociais em torno das vertentes educação e desenvolvimento local, em iniciativas que materializam nossa proximidade com as comunidades, tendo abrangido mais de 157 mil pessoas durante este ano.

Pelo quarto ano consecutivo mantivemos presença no restrito Índice de Sustentabilidade da BMF&BOVESPA, tendo alcançado pontuação de excelência em 3 das 6 dimensões que constituem este Índice.

Preparando-nos para o futuro, lançamos o Programa EDP 2020, destinado a estimular, dentro e fora da Empresa, a inovação e o empreendedorismo no setor elétrico. A este programa associamos aquele que julgamos ser o maior prêmio de inovação do Brasil. Durante os próximos dez anos queremos premiar as idéias e os projetos que contribuíram para construir os novos paradigmas do setor elétrico. Com o Programa EDP 2020 queremos conjugar a flexibilidade de atuação nos dias de hoje com a visão de longo prazo imprescindível para que se possa garantir a sustentabilidade da Empresa.

Temos pela frente os desafios de concluir e aprofundar a transformação iniciada em 2009, revisar e aperfeiçoar nossos processos, desenvolver os projetos de crescimento em curso e intensificar o alinhamento de toda Empresa em torno da nossa estratégia.

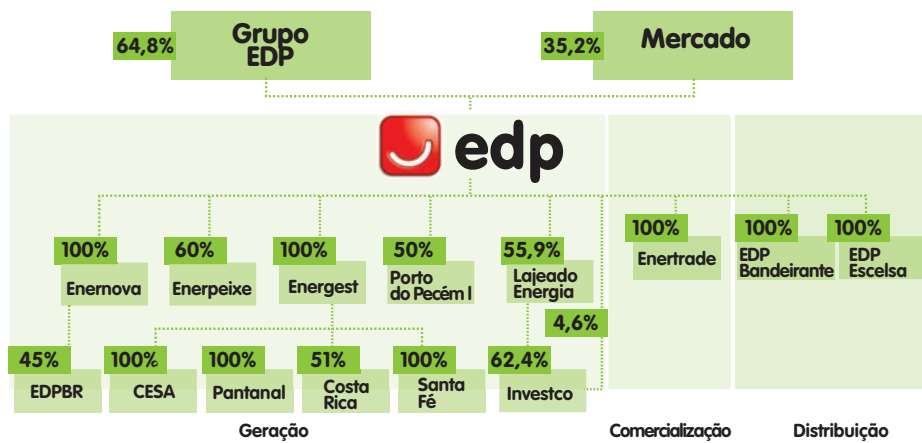
Trabalhamos com crença e entusiasmo para fazer da EDP em 2020, e em todos os anos que o antecederão ou sucederão, uma Empresa que satisfaça plenamente os seus Clientes, Acionistas, Colaboradores, Parceiros de Negócio, em geral, a Sociedade e Comunidades em que nos inserimos.

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu

Diretor-presidente

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A EDP Energias do Brasil é uma holding que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando ativos de geração, distribuição e comercialização. Está presente no segmento de geração em seis estados (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul) e no segmento de distribuição em dois estados (São Paulo e Espírito Santo). Controlada pela EDP Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias no setor energético, a EDP Energias do Brasil abriu seu capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2005, aderindo aos mais elevados padrões de governança corporativa. O organograma a seguir sintetiza a atual estrutura societária do Grupo:



CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 2009 foi marcado por momentos de instabilidade no cenário econômico internacional decorrente da crise financeira iniciada em 2008. Para enfrentar a crise, o governo brasileiro adotou medidas para estimular o consumo, como a redução nas taxas de juros (com a taxa básica de juros - Selic no seu menor nível histórico - de 8,75% a.a.), concessão de incentivos fiscais (redução de IPI para automóveis e eletrodomésticos), investimentos em infraestrutura e expansão do crédito. Dados do terceiro trimestre mostraram que o PIB do Brasil caiu 1,2% em relação ao mesmo trimestre de 2008, porém com crescimento de 1,3% em relação ao segundo trimestre de 2009. Para o ano de 2009, a expectativa é de crescimento nulo em relação a 2008.

Consumo de Energia

O consumo nacional de energia elétrica na rede totalizou 388.204 GWh em 2009, representando uma queda de 1,1% em relação a 2008. O mercado brasileiro de energia elétrica sofreu impacto da crise financeira internacional, cujos efeitos concentraram-se na classe industrial, como consequência da imediata retração da atividade deste segmento.

A demanda interna, por outro lado, manteve-se aquecida, principalmente em função das medidas tomadas pelo governo para minimizar os efeitos da crise, entre elas a redução de tributos e impostos para automóveis e eletrodomésticos, a redução dos juros e a expansão do crédito. Assim, apesar da crise, o consumo das classes residencial e comercial apresentou crescimento de cerca de 6% em 2009 em comparação a 2008.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Revisões Tarifárias

Em 2009, conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel homologou de forma definitiva as revisões tarifárias periódicas das distribuidoras da EDP Energias do Brasil.

EDP Escelsa - Em 28 de julho de 2009, a Aneel homologou de forma definitiva a quarta revisão tarifária periódica da Escelsa (período Agosto 2007-Agosto 2010), cujas principais alterações, face ao que havia estabelecido provisoriamente em 2007 e 2008, foram:

- (i) Empresa de Referência: passou de R\$ 221 milhões para R\$ 210 milhões. Em 12 de maio de 2009, como resultado da Consulta Pública nº 035/2009, a Aneel havia divulgado o valor de R\$ 202 milhões;
- (ii) Componente Xe do Fator X: índice utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais, passou de 1,45% para 0,00%;
- (iii) Percentual de Perdas de Receita Irrecuperáveis: passou de 0,50% para 0,60% do faturamento bruto (com impostos). Essas alterações retroagiriam a 07 de agosto de 2007 e foram mantidos os valores da Base Regulatória Bruta e Líquida. A Aneel deliberou, também, sobre os recursos administrativos interpostos anteriormente pela EDP Escelsa, em face da Resolução Homologatória 528/2007 e da Resolução Homologatória 686/2008, relativos a provimentos relacionados com a Estrutura Tarifária, a Receita de Suprimento e a ajustes no cálculo do déficit do Programa Luz para Todos.

Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, agora aprovado pela Aneel, é de -6,44%, em substituição ao valor provisório, fixado em agosto de 2007, de -6,92%.

EDP Bandeirante - Em 06 de outubro de 2009, a Aneel homologou de forma definitiva a segunda revisão tarifária periódica da EDP Bandeirante (período Outubro 2007-Outubro 2011), cujas principais alterações, face ao que havia estabelecido provisoriamente em 2007 e 2008, foram:

- (i) Empresa de Referência: passou de R\$ 263 milhões para R\$ 247 milhões. Em 13 de julho de 2009, como resultado da Consulta Pública nº 047/2009, a Aneel havia divulgado o valor de R\$ 235 milhões;
- (ii) Componente Xe do Fator X: índice utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais, passou de 0,74% para 1,01%;
- (iii) Percentual de Perdas de Receita Irrecuperáveis: passou de 0,50% para 0,60% do faturamento bruto (com impostos). Estas alterações retroagem a 23 de outubro de 2007 e estão mantidos os valores das Bases de Remuneração Regulatória Bruta e Líquida.

Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, agora aprovado pela Aneel, é de -9,79%, em substituição ao valor provisório, fixado em outubro de 2007, de -8,80%.

REAJUSTES TARIIFÁRIOS

EDP Escelsa - Em 04 de agosto de 2009, a Aneel aprovou o reajuste médio das tarifas da EDP Escelsa em 15,12% para o período de 07 de agosto de 2009 a 06 de agosto de 2010. Considerando os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da EDP Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica será de 10,01%. Conforme definido pela Aneel, esse reajuste também contemplou a diferença percentual em razão da homologação definitiva da revisão tarifária da EDP Escelsa, ocorrida em 28 de julho de 2009.

EDP Bandeirante - Em reunião pública ocorrida em 21 de outubro de 2008, a Aneel aprovou o reajuste médio das tarifas da EDP Bandeirante de 5,46% para o período de 23 de outubro de 2009 a 22 de outubro de 2010, sendo 3,11% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 2,35% referentes aos componentes financeiros pertinentes, que, computado o efeito dos itens financeiros retirados da base, de 4,44%, correspondem a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos de 1,02%. Conforme definido pela Aneel, esse reajuste também contemplou a diferença percentual em razão da homologação definitiva da revisão tarifária da EDP Bandeirante, ocorrida em 06 de outubro de 2009.

Leilões

Em 27 de agosto de 2009, foi realizado o Leilão A-3, que vendeu apenas 11 MW médios, com preço médio de venda de R\$ 144,5/MWh. Foi negociada energia de duas usinas, uma PCH e uma térmica a bagaço de cana. Do total comercializado, apenas 1 MW médio foi de fonte hídrica, proveniente da ampliação da PCH Rio Bonito, no rio Santa Maria da Vitória, no ES. Não houve deságio e a energia da PCH foi vendida a R\$ 144/MWh, em um contrato de 30 anos. A térmica vendedora do leilão foi a UTE Codora, que comercializou a energia com um ICB de R\$ 144,60/MWh, por 15 anos.

Em 08 de dezembro de 2009, o Ministério de Minas e Energia - MME decidiu cancelar o Leilão A-5, marcado para o dia 21 de dezembro de 2009. Segundo o MME, o cancelamento foi devido à frustração na obtenção, no prazo requerido para o leilão, de licenciamento ambiental prévio para a outorga de concessão para a exploração de sete aproveitamentos hidrelétricos, que totalizam 905 MW de potência instalada. Adicionalmente, constatou-se que a demanda para o mercado das distribuidoras, a partir de 2014, foi pouco significativa, permitindo seu atendimento pela energia a ser contratada no Leilão A-3 de 2011.

Em 14 de dezembro de 2009, foi realizado o primeiro leilão exclusivo de energia eólica, com vigência de 20 anos, a partir de 01 de julho de 2012. Foram negociados 753 lotes de 1 megawatt (MW) ao preço médio de R\$ 148,39 MWh. Os 71 empreendimentos vencedores serão instalados em Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

CenaeeI - Em fevereiro de 2009, a EDP Renováveis Brasil S.A., detida em 45% pela Companhia, concluiu a aquisição da CenaeeI, detentora dos parques eólicos de Água Doce (9,0 MW) e Horizonte (4,8 MW), localizados no estado de Santa Catarina.

ESC 90 - Em junho de 2009, foi concluída a operação de alienação da ESC 90 Telecomunicações Ltda. à Net Serviços de Comunicação S.A.

Elebrás - Em julho de 2009, foi concluída a aquisição da Elebrás Projetos Ltda., empresa que detém diversos projetos eólicos no Rio Grande do Sul.

Investco/Lajeado - Em novembro de 2009, foi concluída a reorganização societária nas empresas Tocantins Energia S.A., na EDP Lajeado Energia S.A. e na Lajeado Energia S.A. ("Tocantins", "EDP Lajeado" e "Lajeado Energia", respectivamente). O objetivo foi permitir a racionalização e simplificação da estrutura societária e das atividades da EDP Lajeado e Lajeado Energia, inclusive frente à condução dos negócios e gestão dos ativos da investida comum, Investco, trazendo benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira, redução de gastos e despesas operacionais combinadas e melhoria do fluxo de caixa. Como resultado, as participações acionárias detidas diretamente pela EDP Lajeado e Lajeado Energia na Investco passaram a ser detidas exclusivamente pela Lajeado Energia. A EDP Energias do Brasil passou a deter 55,86% do capital social total da Lajeado Energia, a qual, por sua vez, detém 62,43% do capital social total da Investco.

ÁREAS DE NEGÓCIOS

(*) Os dados operacionais não foram revisados pelos Auditores Independentes.

GERAÇÃO

Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da EDP Energias do Brasil, a área de geração encerrou o ano de 2009 com capacidade instalada de 1.738 MW. O crescimento em relação aos 1.702 MW de capacidade instalada de 2008 deveu-se principalmente à entrada em operação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Fé de 29 MW, conclusão da operação de compra da CenaeeI e final da repotenciação da UHE Suíça.

Enerpeixe - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada da usina é de 452 MW.

Energest - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica da EDP Energias do Brasil detendo 15 usinas em operação, com potência total de 371,2 MW. As usinas estão localizadas nos Estados do Espírito Santo (303,0 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,2 MW de capacidade instalada). A Energest também é responsável pelo gerenciamento das hidrelétricas Mascarenhas, Suíça e da PCH Santa Fé, assim como as usinas pertencentes às empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energia.

Investco - Tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, estado do Tocantins. A usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada.

Lajeado Energia - Após a reorganização societária, a EDP Energias do Brasil passou a deter 55,86% do capital total. Por sua vez, a Lajeado Energia passou a deter 73,0% no capital votante e 62,43% do capital total da Investco. A divisão do montante de energia elétrica comercializada se dá em proporção à participação no capital votante.

CenaeeI - Adquirida em junho de 2008, possui dois parques eólicos em operação em Santa Catarina, totalizando 13,8 MW de capacidade instalada. Detida em 45% pela Companhia de forma indireta.

No acumulado do ano, o volume de energia vendida totalizou 7.985 GWh, aumento de 25% em comparação aos 6.411 GWh de 2008 devido à consolidação do volume vendido pela Lajeado Energia e Investco (+1.419 GWh) durante todo o ano de 2009 e ao início de entrega de energia pela PCH Santa Fé (+140 GWh).

Os investimentos na geração totalizaram R\$ 409,8 milhões em 2009, 31,2% inferior ao do ano de 2008. A variação do investimento é explicada conforme segue: (i) conclusão das obras da PCH Santa Fé; (ii) investimentos para repotenciações na Energest; (iii) investimentos para a construção da UTE Porto do Pecém; e (iv) investimentos na UHE Peixe Angical com o transformador de carga e maiores valores investidos no reservatório da usina por motivos ambientais.

A receita líquida do negócio de geração, desconSIDERANDO as eliminações, totalizou R\$ 983,7 milhões, crescimento de 25,1% em comparação a 2008. O EBITDA, de R\$ 734,9 milhões, registrou evolução de 29%. O lucro líquido aumentou 18,7% em relação a 2008, totalizando R\$ 341,7 milhões.

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

UTE Porto do Pecém I

A estratégia para ampliar a capacidade instalada da EDP Energias do Brasil inclui também a construção da UTE Porto do Pecém I, no estado do Ceará, na qual detém participação de 50% em parceria com a MPX Energia. A UTE Porto do Pecém I utilizará carvão mineral importado e terá capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW foram vendidos pelo Grupo no Leilão A-5 realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em outubro de 2007.

O cronograma de implantação prevê início de operação comercial da planta anterior a janeiro de 2012, data em que se inicia o compromisso de entrega de energia assumido no Mercado Regulado.

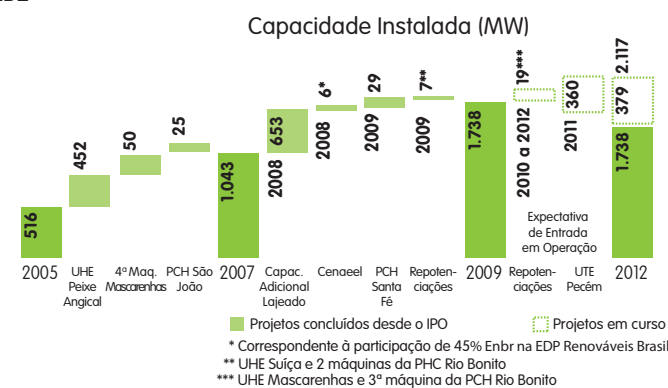
A UTE Porto do Pecém I faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento ("PAC") do Governo Federal e representa um importante passo para a diversificação da matriz elétrica e energética do Brasil, assegurando a confiabilidade da oferta de eletricidade no país. A usina utilizará tecnologia de queima limpa de carvão, cumprindo as mais rigorosas exigências da legislação brasileira e de organismos internacionais.

Em outubro de 2009, foram desembolsados os financiamentos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento ("BID") para a UTE Porto do Pecém I. Para mais detalhes, ver seção "Endividamento".

Repotenciações

Em 2009, foram finalizadas as repotenciações da UHE Suíça (2,9 MW) e duas máquinas da PCH Rio Bonito (3,8 MW). A previsão de término da repotenciação da última máquina da PCH Rio Bonito (1,9 MW) é para o primeiro trimestre de 2010. Quando concluída, adicionará 5,7 MW à capacidade instalada. A finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (17,5 MW) está prevista para o ano de 2012.

EXPANSÃO DA CAPACIDADE



DISTRIBUIÇÃO

As atividades de distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias do serviço, que atendem cerca de 2,7 milhões de clientes, em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas:

EDP Bandeirante - Atua nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do estado de São Paulo, onde conta com uma base de 1,5 milhão de clientes, atendendo uma população de cerca de 4,6 milhões de habitantes em uma área total de 9,6 mil Km². A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.

EDP Escelsa - Possui 1,2 milhão de clientes e atende uma população de cerca de 3,2 milhões de habitantes, em uma área total de 41,2 mil Km², que representa aproximadamente 90% da área total do Estado. As principais atividades econômicas da região são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás.

DESEMPENHO OPERACIONAL

	Volume - MWh		Evolução do Mercado		Clientes (unid.)	
	12M09	12M08	Var. 12M09/12M08	Var. 12M09/12M08	12M09	Var. 12M09/12M08
Distribuição						
Residencial	4.704.227	4.402.483	6,9%	2.282.266	2.209.541	3,3%
Industrial	3.906.216	4.156.412	-6,0%	20.876	20.098	3,9%
Comercial	2.781.321	2.642.237	5,3%	191.440	186.957	2,4%
Rural	609.038	625.410	-2,6%	150.226	145.677	3,1%
Outros	1.425.446	1.399.027	1,9%	22.803	20.299	12,3%
Energia Vendida Clientes Finais	13.426.248	13.225.570	1,5%	2.667.611	2.582.572	3,3%
Suprimento Convencional	417.047	404.224	3,2%	1	1	0,0%
Suprimento	32.878	-	-	2	-	-
Energia em Trânsito (USD)	7.423.297	8.563.206	-13,3%	107	105	1,9%
Consumo Próprio	13.695	12.765	7,3%	253	222	14,0%
Total Energia Distribuída	21.313.165	22.205.766	-4,0%	2.667.974	2.582.900	3,3%

Notas:

Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

USD = Uso do Sistema de Distribuição

Mercado Cativo

- **Energia vendida a clientes finais:** apresentou crescimento de 1,5% em 2009, impulsionada pelo crescimento das classes residencial e comercial e pela recuperação da classe industrial;
- **Residencial e Comercial:** apresentaram crescimento devido ao maior número de clientes e ao maior consumo per capita, incentivado pelos benefícios fiscais concedidos pelo governo federal para a compra de eletroeletrônicos;
- **Industrial:** registrou queda de -6% em 2009, reflexo da redução de produção das indústrias impactadas pela crise mundial. Entretanto, notou-se uma recuperação no consumo ao longo de 2009.

Mercado Livre

- **Energia em trânsito:** em 2009, foi impactada principalmente pela crise mundial, que refletiu na redução de produtos industrializados dos clientes exportadores. Entretanto, apesar da queda, verificou-se a recuperação no consumo desses consumidores ao longo de 2009;
- De forma geral, as reduções de demanda contratada dos clientes livres, que poderiam determinar reduções de receita, deixaram de ser uma ameaça ao negócio, tanto pela existência de vários pedidos de redução, bem como pelos acréscimos de demanda que foram solicitados no período e compensaram as reduções efetivamente realizadas.

Investimentos

Os investimentos de 2009 realizados pela EDP Energias do Brasil em distribuição totalizaram R\$ 369,0 milhões, redução de 22,9% em relação a 2008.

Do total, (i) R\$ 159,5 milhões (43%) foram destinados à expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição; (ii) R\$ 98,4 milhões (27%) foram destinados ao melhoramento da rede para substituição de equipamentos, medidores obsoletos e depreciados, recondicionamento de redes em final de vida útil; (iii) R\$ 43,4 milhões (12%) foram destinados à universalização urbana, rural e ao Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia; e (iv) R\$ 67,6 milhões (18%) foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades.

Investimentos (R\$ mil)	EDP Bandeirante	EDP Escelsa	Total 2009	Total 2008*
Expansão da rede	66.267	93.278	159.545	151.117
Melhoramento da rede	52.136	46.302	98.438	107.341
Universalização (rural+urbano)	10.809	32.637	43.446	85.037
Telecom, Informática e Outros	18.353	49.214	67.567	135.392
Subtotal	147.565	221.431	368.996	478.887
(-) Obrigações Especiais	(9.962)	(37.918)	(47.880)	(32.662)
Investimento Líquido	137.603	183.513	321.116	446.225

*Inclui R\$ 90,4 milhões referente aos investimentos realizados na Eserul

Programa Luz para Todos

Em 2004, o governo federal iniciou o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projeto Integração

O Projeto Integração, um dos mais importantes entre os projetos de unificação de sistemas do Grupo Energias do Brasil, teve duração de três anos (junho de 2006 a junho de 2009), foi desenvolvido em duas principais fases distintas (Onda 1 e Onda 2).

A Onda 1 foi implementada em novembro de 2007 e constituiu-se basicamente da atualização de versão do SAP R/3 (sistemas administrativos, financeiros e de RH) mais o BW (relatórios gerenciais) em todas as empresas do Grupo, além da implementação do CRM (sistema comercial-atendimento) e upgrade técnico e funcional de versão do CCS (sistemas comerciais) na EDP Bandeirante. Na Onda 2, implementada em junho de 2009, foi realizada a principal etapa desse projeto, que foi a implantação do novo sistema comercial (CCS/CRM) na EDP Escelsa.

Com isso, foi concluído o processo de "Unificação dos Sistemas de Gestão" administrativos, técnicos e comerciais do Grupo no Brasil.

Qualidade

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, refletindo os investimentos em expansão e modernização de redes, a integração e automação dos centros operacionais.

INDICADORES DE QUALIDADE

Distribuidora	DEC (horas)	2009 FEC (vezes)	TMA (minutos)
EDP Bandeirante	12,8	6,4	186
EDP Escelsa	11,4	6,9	190

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente;

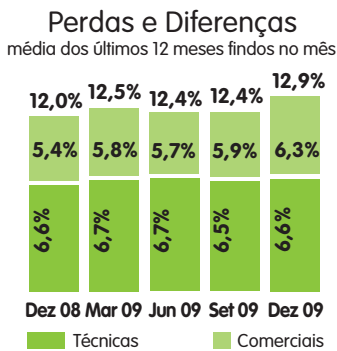
FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente;

TMA: Tempo Médio de Atendimento

Perdas Comerciais

As perdas comerciais apresentaram aumento nas duas distribuidoras em relação a dezembro de 2008, sendo de 0,53 p.p. na EDP Bandeirante e 1,55 p.p. na EDP Escelsa. Em ambas as distribuidoras, houve queda no volume físico das perdas técnicas, contudo, verificou-se aumento no percentual da Escelsa devido à redução da energia distribuída para os clientes industriais cativos. No ano de 2009, as distribuidoras da EDP Energias do Brasil, EDP Bandeirante e EDP Escelsa, desembolsaram um total de R\$ 37,1 milhões em programas de combate às perdas. Do total de recursos direcionados a esses programas, R\$ 22,3 milhões foram para investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial e telemedicação) e R\$ 14,8 milhões para despesas gerenciais (inspeções e retirada de ligações irregulares).

Em 2009, nossas concessionárias realizaram aproximadamente 174 mil inspeções que resultaram na retirada de aproximadamente 115 mil ligações clandestinas e recuperação de receitas de cerca de R\$ 25,1 milhões. Vale ressaltar que para analisar a eficácia das iniciativas de combate às perdas comerciais, teríamos que considerar além das receitas recuperadas, também o custo de oportunidade de não ter ações direcionadas a cobrir fraudes e ligações clandestinas.



A receita líquida consolidada da EDP Bandeirante e EDP Escelsa totalizou R\$ 3.472,4 milhões, crescimento de 9,1%. O EBITDA (lucro antes de impostos, resultados financeiros, depreciação, amortização e resultado não operacional) foi de R\$ 748,1 milhões, 10,5% superior ao ano anterior. O lucro líquido totalizou R\$ 366 milhões em 2009, crescimento de 11,6% em relação a 2008.

COMERCIALIZAÇÃO

A Enertrade é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das duas distribuidoras da EDP Energias do Brasil que atuam no mercado regulado. Em 2009, a energia comercializada totalizou 8.586 GWh contra 7.282 GWh de 2008, significando crescimento de 18%. O crescimento do volume comercializado é fruto de uma estratégia, ao longo de 2009, de aproveitar as oportunidades no segmento de curto prazo, além dos contratos vendidos no Leilão de Ajuste, o que levou a Enertrade a bater recordes mensais de comercialização de energia. Também contribuiu para o bom resultado, o diferente ritmo de recuperação da produção de diversos setores da economia, o que levou o setor de energia a apresentar boas oportunidades para a comercialização, principalmente no curto prazo. A receita líquida totalizou R\$ 763,2 milhões, crescimento de 7,8%. O EBITDA foi de R\$ 35,5 milhões e o lucro líquido totalizou R\$ 25,0 milhões em 2009.

O saldo de suprimento de energia inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. no total de R\$ 57,3 milhões, sendo que o montante de R\$ 27,7 milhões é referente a um direito obtido por sentença arbitral em março de 2009 emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. Esta sentença arbitral reconhece que o contrato entre o período de 29 de agosto de 2006 a 13 de março de 2009 foi cobrado de forma onerosa, e que a Ampla não cumpriu com o preço definido durante o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006. A Companhia reconheceu a cobrança de forma onerosa, retificando a receita operacional em R\$ 41,4 milhões e anulando a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) correspondente, sem impacto no resultado operacional. Não tendo a Ampla reconhecido os efeitos da sentença arbitral, decidiu a Companhia registrar PCLD correspondente ao valor em discussão, contabilizada na demonstração do resultado do exercício na rubrica Provisão para Devedores Duvidosos.

Este contrato da Ampla não afeta o EBITDA, mas resulta em Receita Líquida e margens menores. A redução do EBITDA e do lucro líquido em 30% é reflexo da redução de margem da comercialização devido à crise financeira e excepcional situação hidrológica. Ao contrário do que ocorreu em 2009, no ano de 2008, a Enertrade apresentou boas margens aproveitando os altos preços de Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no 1T08 devido ao atraso das chuvas e expectativa de forte crescimento da economia. Durante o ano, a Enertrade iniciou a implantação da área de serviços técnicos e comerciais, e encerrou o ano com 25 novos clientes. O objetivo da comercializadora é abrir novos mercados e apoiar os clientes na prestação de serviços como, por exemplo, construção de subestações, de linhas, de ramais e eletrificação de condomínios.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Receita Consolidada

Em 2009, a receita operacional líquida totalizou R\$ 4.648,3 milhões, praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida em 2009 foram:

- Na geração:
 - Crescimento do volume de energia vendida de 24,6% em consequência principalmente da consolidação do volume vendido pela Lajeado Energia e Investco (+1.419 GWh) durante todo o ano de 2009 e do início de entrega de energia pela PCH Santa Fé (+140 GWh); e
 - Aumento médio de 3,3% nas tarifas praticadas.
- Na distribuição:
 - Crescimento de 1,5% no volume de energia vendida a clientes finais foi impulsionado pelo crescimento das classes residencial e comercial e pela recuperação da classe industrial;
 - Incremento das tarifas médias devido aos reajustes tarifários na EDP Bandeirante e EDP Escelsa;
 - Volume de energia em trânsito em 2009 foi 13,3% inferior ao registrado em 2008, reflexo principalmente pela crise mundial, porém a receita de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD) cresceu 6%, pois a maior parte da receita proveniente dos clientes livres é referente à contratação do uso da rede, além dos reajustes tarifários.
- Na comercialização:
 - O crescimento de 17,9% no volume de energia comercializada explica o incremento de 7,8% na receita líquida, que totalizou R\$ 763,2 milhões.

A receita da taxa de uso do sistema de distribuição - outros (TUSD - outros) atingiu R\$ 559,4 milhões, ou 6% acima do valor registrado em 2008, apesar da crise financeira e da redução de consumo dos clientes livres.

• Gastos Operacionais Consolidados

Os **gastos operacionais** totalizaram R\$ 3.533,4 milhões em 2009, o que representa uma redução de 4,3% em relação ao ano de 2008.

Os **gastos não-gerenciais** estão relacionados principalmente à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da Aneel. Nas distribuidoras, sua cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA.

A energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$ 2.169,9 milhões, praticamente estável em períodos comparados, refletindo: (i) aumento do valor da energia comprada de Itaipu (+R\$ 17,1 milhões), apesar da redução das cotas alocadas às distribuidoras do Grupo, este aumento deve-se principalmente à valorização do dólar médio praticado em 2009 frente a 2008; (ii) aumento da energia comprada em leilão (+R\$ 48,2 milhões); (iii) aumento da energia do Proinfa (+R\$ 39,3 milhões); (iv) energia de curto prazo CCEE (-R\$ 97,9 milhões), pois no ano de 2008 tivemos dois efeitos combinados: maior compra de energia com preços mais altos aos praticados em 2009.

Em 2009, a conta de "Encargos de Serviços do Sistema" apresentou saldo significativamente menor ao de 2008 devido ao maior volume de chuvas no período resultando em menor necessidade de despacho de usinas termelétricas por parte do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os **gastos gerenciais**, excluindo a depreciação e amortização, apresentaram redução significativa de 9,8%, totalizando R\$ 745,7 milhões. No final de 2009, apresentamos também como resultado o oitavo trimestre consecutivo de redução nesta rubrica, em linha com a estratégia anunciada. A análise detalhada das variações das sub-contas de gastos gerenciais é apresentada a seguir.

A redução de R\$ 14,0 milhões na conta de gastos com **pessoal** resulta principalmente da combinação dos seguintes efeitos:

- reversão de provisão na Bandeirante em dezembro de 2008, devido à reavaliação de cálculo atuarial baseado nas entradas e saídas, pagamentos e cálculos de consultoria especializada referente ao ajuste do Saldo do Passivo Atuarial, procedimento que não ocorreu no ano de 2009 (+R\$ 11,8 milhões);
- padronização da metodologia do PLR/Bônus para os recém admitidos com o provisionamento mensal do benefício (+R\$ 6,0 milhões);
- Programa Transformação (+R\$ 9,7 milhões);
- em fevereiro de 2008, efetuamos os pagamentos de horas-extras em contra-partida à baixa do banco de horas na Escelsa, o que refletiu no comparativo com o exercício 2009 (+R\$ 3,7 milhões);
- redução de gastos de pessoal e horas-extras devido à saída da Enersul (-R\$ 45,0 milhões).

Na conta **materiais**, o decréscimo de R\$ 22,7 milhões entre os períodos comparados deve-se principalmente aos fatores:

- em dezembro de 2008, reconhecemos R\$ 11,7 milhões na Bandeirante do Programa Reluz em Guarulhos, porém com contrapartida em Receita de Serviços Prestados. Não temos este efeito no ano de 2009;
- redução de materiais devido à saída da Enersul (-R\$ 9,3 milhões).

No **item serviços de terceiros**, a redução de R\$ 42,2 milhões inclui os efeitos:

- incremento das atividades de suporte: jurídico, call-centers, conservação e reparação das redes das distribuidoras (+R\$ 13,6 milhões);
- acréscimo com gastos com telecomunicações e leitura/faturamento (+R\$ 8,6 milhões);
- em todas as rubricas de serviços devido à saída da Enersul (-R\$ 61,6 milhões).

No **item provisões para devedores duvidosos (PDD)**, a queda de R\$ 40,3 milhões refletem os eventos:

- aumento de R\$ 30,3 milhões nas distribuidoras, onde ressaltamos na EDP Bandeirante a constituição sobre o saldo da energia de curto prazo contabilizados através da CCEE (+R\$ 11,7 milhões) e a Enertrade (+R\$ 1,4 milhão);
- reversão no segmento de geração por conta de não aproveitamento de créditos fiscais nas empresas Lajeado e Energest (-R\$ 8,2 milhões);

(iii) na comercialização, as variações negativas totalizam R\$ 51,4 milhões e são reflexo dos efeitos da sentença arbitral ao longo dos últimos anos de contrato com a Ampla;

(iv) Enersul: saída devido ao swap de ativos (-R\$ 10,8 milhões).

E nas **contingências**, o aumento de R\$ 14,5 milhões podem ser descritos basicamente por três efeitos:

- constituição de provisão na controladora para possíveis perdas na Enersul previsto no contrato da operação de permuta (+R\$ 20,2 milhões);
- acréscimo de processos trabalhistas e cíveis nas empresas do Grupo (+R\$ 5 milhões);
- swap de ativos (-R\$ 10,8 milhões).

Na rubrica **outros**, o acréscimo de R\$ 23,1 milhões é composto dos seguintes efeitos:

- reconhecimento das perdas de ações judiciais nas distribuidoras (+R\$ 22,7 milhões);
- +R\$ 4,9 milhões da campanha de publicidade para divulgação da nova marca;
- reajuste no valor da tarifa cobrada pelos bancos para recebimento das contas de energia elétrica (+R\$ 1,9 milhões);

(iv) saída da Enersul (-R\$ 8,3 milhões).

• EBITDA e Margem EBITDA

Em 2009, o EBITDA consolidado (lucro antes de impostos, resultados financeiros, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$ 1.418,9 milhões, representando um aumento de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A margem EBITDA consolidada aumentou 1 p.p., atingindo o patamar de 30,5%.

Na geração, a operação de permuta de ativos efetivada em setembro de 2008, a elevação das tarifas de venda de energia e a entrada em operação da PCH Santa Fé contribuíram para o crescimento do EBITDA em 2009. O EBITDA da geração, excluindo eliminações, totalizou R\$ 734,9 milhões, acréscimo de 29,0% em relação a 2008.

Nas distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa, o EBITDA totalizou R\$ 748,1 milhões em 2009, crescimento de 10,5% em relação a 2008. A expansão do EBITDA da área de distribuição deveu-se aos reajustes tarifários ocorridos em ago/09 (EDP Escelsa) e em out/09 (EDP Bandeirante).

É importante observar que os valores consolidados de 2008 incluem a Enersul.

Na comercialização, a redução do EBITDA em relação a 2008 é reflexo da redução de margem devido à crise financeira e excepcional situação hidrológica.

• Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado em 2009 foi negativo em R\$ 165,7 milhões, melhorando em relação ao resultado negativo de R\$ 320,9 milhões em 2008. Contribuíram para este resultado: (i) receita financeira positiva em função da contabilização de R\$ 74,8 milhões referentes à recuperação de créditos detidos pela Companhia contra a ESC 90; (ii) queda da taxa Selic que resultou na redução tanto da receita como na despesa; (iii) menor juros sobre capital próprio; e (iv) resultado cambial líquido refletiu a valorização do Real frente ao Dólar.

• Lucro Líquido

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 625,1 milhões em 2009, 60,8% superior ao de 2008. Este resultado reflete o impacto positivo de R\$ 121 milhões em 2009 referente à alienação da ESC 90 e o impacto negativo de R\$ 129 milhões em 2008 referente à amortização adicional do ágio da Enersul.

• Endividamento

A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 3.138,3 milhões em dezembro de 2009, praticamente estável em relação a dezembro 2008.

A dívida líquida, ajustada pelos valores de caixa/aplicações e pelo saldo líquido de ativos regulatórios, alcançou R\$ 1.985,3 milhões em dezembro de 2009, valor 19% abaixo ao registrado em dezembro de 2008, principalmente pelo aumento do saldo de caixa/aplicações no final de 2009. A posição consolidada de caixa/aplicações aumentou para R\$ 1.102,0 milhões devido aos seguintes fatores: a) conclusão da oferta de ações que totalizou R\$ 442 milhões e serviu para o pagamento da dívida tomada na época da operação de troca de ativos no valor de R\$ 250 milhões; b) pelo desembolso por parte do BNDES e BID dos empréstimos de longo prazo para Porto do Pecém I, nos valores de R\$ 700 milhões e US\$ 260 milhões, respectivamente, sendo que o desembolso do BID foi utilizado para pagar o empréstimo-ponte do projeto; c) liberação por parte do BNDES no valor de R\$ 86,4 milhões para a EDP Bandeirante e R\$ 103,8 milhões para a EDP Escelsa referente ao CALC; e d) amortizações das debêntures da EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Investco durante 2009.

Com o pagamento da dívida referente ao direito de recesso, os desembolsos do BNDES e BID para Porto do Pecém I, com respectivo pagamento do empréstimo-ponte e as liberações do CALC para EDP Bandeirante e EDP Escelsa, o prazo médio da dívida consolidada passou de 3 anos para 4,3 anos.

Do total da dívida bruta no final de dezembro de 2009, 7,6% estavam denominados em moeda estrangeira, 99,2% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de hedge, resultando em uma exposição líquida de 0,1%.

É importante mencionar que o empréstimo de longo prazo em dólar foi objeto de contratação tanto de hedge cambial quanto de swap de taxa de juros (de Libor para taxa fixa).

O custo médio da dívida do Grupo foi de 7,5% ao ano.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o mês de dezembro em 1,4 vezes..

Em relação à dívida de curto prazo, há o total de R\$ 782 milhões vencendo em 2010. Desse montante, R\$ 513 milhões referem-se à distribuição e R\$ 269 milhões à geração. Na distribuição, há o vencimento das notas promissórias da EDP Bandeirante em maio, totalizando R\$ 230 milhões de reais e as amortizações de debêntures da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa, somando R\$ 176 milhões. Na geração, os vencimentos decorrem dos financiamentos tomados para a construção das usinas.

Detalhamento dos Financiamentos Desembolsados durante 2009

UTE Porto do Pecém I

O empréstimo BNDES totaliza R\$ 1,4 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP + 2,77% a.a. e durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Do total, já foram desembolsados R\$ 700 milhões e utilizados para liquidação do empréstimo-ponte em Reais que havia sido contratado em fevereiro de 2008.

O empréstimo do BID totaliza US\$ 327 milhões, dos quais foram desembolsados US\$ 260 milhões. O valor desembolsado consiste em US\$ 117 milhões do empréstimo direto ("A Loan") e em US\$ 143 milhões do empréstimo indireto ("B Loan"). O montante liberado equivale ao capex em moeda estrangeira já incorrido mais aproximadamente 75% dos desembolsos em moeda estrangeira previstos na implantação do empreendimento ao longo dos próximos 6 meses.

Ainda, o contrato de financiamento com o BID prevê um A Loan no montante total de US\$ 147 milhões, e B Loan no montante total de US\$ 180 milhões, com prazo total de 17 anos no A Loan e 13 anos no B Loan, com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. As taxas iniciais do A Loan e B Loan são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com step ups ao longo do período.

Os desembolsos foram utilizados para liquidar o empréstimo-ponte.

Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC - BNDES

Em dezembro de 2009, o BNDES liberou R\$ 86,4 milhões para a EDP Bandeirante e R\$ 103,8 milhões para a EDP Escelsa do crédito rotativo contratado em 2009 no montante de R\$ 900 milhões, sob a modalidade Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"). A EDP Energias do Brasil é a primeira empresa do setor elétrico a obter esta modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa a simplificar os procedimentos de acesso às linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante cinco anos, com prazo total de financiamento de cada saque de até dez anos. As taxas de juros são compostas da mesma forma que outras operações diretas junto ao BNDES: custo financeiro (TJLP no caso dos investimentos em distribuição) mais taxa de remuneração do BNDES mais taxa de risco de crédito estabelecida de acordo com o rating do Grupo junto ao BNDES.

A EDP Energias do Brasil utilizará estes recursos primordialmente para financiamento dos investimentos de suas distribuidoras (EDP Bandeirante e EDP Escelsa), bem como para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e para repotenciação de usinas existentes.

Ratings da EDP Energias do Brasil e de suas Distribuidoras

Em 04 de março de 2009, a Moody's América Latina ("Moody's") elevou os Ratings de Emissor da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa para Baa3 de Baa2 na escala global e para Aa3.br de Aa3.br na escala nacional brasileira. Ao mesmo tempo, a Moody's elevou os Ratings de Emissor em moeda local da EDP Energias do Brasil para Ba1 de um rating corporativo em moeda local Baa2, e para Rating de Emissor em escala nacional Aa2.br de Aa3.br. A perspectiva para esses ratings é estável.

A elevação dos ratings da EDB Energias do Brasil reflete a melhora dos indicadores de crédito da Companhia, o papel importante na estratégia de crescimento da EDP Energias de Portugal e a continuidade de obtenção de geração de caixa saudável no médio prazo.

INVESTIMENTOS

Os investimentos da EDP Energias do Brasil totalizaram R\$ 785,8 milhões em 2009, 27% inferior aos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior.

Na distribuição, houve redução principalmente em função da saída da Enersul do perímetro de consolidação da EDP Energias do Brasil.

Na geração, as principais variações são as seguintes: (i) conclusão das obras da PCH Santa Fé; (ii) investimentos para as repotenciações na Energest; (iii) investimentos para a construção da UTE Porto do Pecém I; e (iv) investimentos na UHE Peixe Angular com o transformador de carga e maiores valores investidos no reservatório da usina por motivos ambientais.

Investimentos - R\$ Mil	12M09	12M08	%
Distribuição	368.996	478.887	-22,9%
Bandeirante	147.565	160.089	-7,8%
Escelsa	221.431	224.765	-1,5%
Enersul	—	94.033	-100,0%
Geração	409.307	595.269	-31,2%
Enerpeixe	21.080	12.311	71,2%
Energest	67.348	92.250	-27,0%
Lajeado/Investco	12.368	8.766	41,1%
Santa Fé	41.758	74.936	-44,3%
Pecém	266.753	407.006	-34,5%
Outros	7.471	2.217	237,0%
Total	785.774	1.076.373	-27,0%

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2009, as ações da EDP Energias do Brasil encerraram a R\$ 33,55, apresentando alta de 60,2% no ano de 2009, desempenho inferior ao Ibovespa (82,7%) e em linha com o Índice de Energia Elétrica - IEE (59,1%). O valor de mercado da Companhia no fechamento de 2009 era de R\$ 5,3 bilhões.

As ações registraram presença em todos os pregões de 2008, com volume negociado de 73,7 milhões e média diária de 299,7 mil títulos. O volume financeiro totalizou R\$ 2.053,8 milhões, representando média diária de R\$ 8,3 milhões.

Oferta de Ações

Em 28 de outubro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias.

A oferta de ações encerrou-se em 24 de novembro de 2009, com distribuição de 15,5 milhões de ações ao preço de R\$ 28,50 por ação. Os recursos levantados na oferta foram utilizados para: (i) pagamento da dívida tomada na época da operação de troca de ativos envolvendo Lajeado/Investco e Enersul no valor de R\$250,0 milhões para adquirir 13.110.225 ações da Companhia, em decorrência do direito de recesso exercido por acionistas minoritários; (ii) aumento da flexibilidade financeira e aproveitamento de futuras oportunidades de investimento, tais como novos projetos de geração de energia e repotenciações.

Para mais detalhes da oferta, o prospecto definitivo pode ser consultado no nosso website www.edpbr.com.br/ri.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 158.805.204 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, encontram-se em circulação 55.622.847 ações ordinárias, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa. E no final do ano, 280.225 ações estavam em tesouraria.

Remuneração de Acionistas

A EDP Energias do Brasil tem como política distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio no valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Não obstante à adoção da política de distribuição de dividendos acima referida, a Companhia poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital em montante inferior a 50% do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, de mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da EDP Energias do Brasil.

Em data a ser definida, o Conselho de Administração da Companhia levará para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de um dividendo de R\$ 296.318 mil, correspondente a R\$ 1,87 por ação.

Vale ressaltar que a remuneração do acionista no ano de 2009 será 13% superior mesmo com Distribuição Pública Secundária de Ações, as quais não detinham direito a proventos no ano de 2008, pois se encontravam em tesouraria.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O compromisso com as melhores práticas no relacionamento com seus públicos leva a EDP Energias do Brasil a adotar uma governança corporativa caracterizada pela transparência, ampliação dos direitos dos acionistas, prestação de contas e ampla divulgação de informações. Como reforço a esse modelo, a holding mantém apenas ações ordinárias (com direito a voto) listadas, desde julho de 2005, no Novo Mercado da Bovespa - segmento das empresas que assumem compromissos de governança adicionais às determinações de legislação das sociedades por ações.

A EDP Energias do Brasil está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por oito membros, incluindo um diretor executivo e quatro conselheiros independentes, sendo dois deles indicados por acionistas minoritários. São eleitos pela Assembleia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo; eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos seguintes membros:

Presidente: *Antônio Luis Guerra Nunes Mexia*

Vice-Presidente: *Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu*

Conselheiro: *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Assim, a Diretoria passou a ter a seguinte composição, desde 1º de janeiro de 2010, mantendo-se inalterado o mandato da Diretoria da Companhia, ou seja, até 08 de janeiro de 2011:

Diretor-presidente: *Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu*
 Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores: *Miguel Dias Amaro*
 Diretor Vice-Presidente de Geração: *Luiz Otavio Assis Henriques*
 Diretor Vice-Presidente de Distribuição: *Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas*
 Diretor Vice-Presidente de Comercialização: *Luiz Otavio Assis Henriques*
 Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão: *Miguel Dias Amaro*
 Os currículos dos diretores podem ser encontrados em nosso website www.edpbrc.com.br.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Reconhecida como uma das 20 empresas-modelo em responsabilidade corporativa, a EDP no Brasil integrou pelo segundo ano consecutivo o Guia Exame de Sustentabilidade. Também recebeu o Prêmio Época de Mudanças Climáticas, que prestigia empresas líderes em políticas climáticas.

Esses destaques revelam a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos, com diferentes iniciativas para aprofundar o diálogo, ampliar e aprimorar práticas e relacionamentos com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades, entidades e órgãos governamentais. Todas as ações são alinhadas aos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, à Política de Sustentabilidade e ao Código de Ética que direcionam a atuação da Companhia.

Públicos estratégicos foram engajados também na campanha pelo Dia Mundial de Combate à Corrupção, que abordou comportamentos e exemplos de ações antiéticas que podem ocorrer no dia a dia e integrou iniciativa comum às empresas signatárias do Pacto pela Integridade e Combate à Corrupção, do qual a EDP no Brasil é membro.

Como resultado dessas ações, a ação da EDP Energias do Brasil permaneceu pelo quarto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo e, desde de 2007, o Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia segue as diretrizes G3 da Global Reporting Initiative (GRI), com destaque para o relatório de 2008, que alcançou o nível A+, o nível mais alto de aplicação da GRI.

GESTÃO DA EXCELÊNCIA EMPRESARIAL

A estratégia da EDP Energias do Brasil tem como base o potencial de crescimento do setor elétrico brasileiro, em especial o de energias renováveis. Alinha-se, portanto, à necessidade de energia do país e à promoção do crescimento sustentado, um direcionamento fundamental de seus negócios. São três os pilares que definem sua atuação: crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior.

• Crescimento Orientado

(a) Geração: experiência no desenvolvimento e no gerenciamento de projetos de geração, aliado à nossa capacidade de formar parcerias com outras companhias importantes neste segmento, coloca a EDP Energias do Brasil em posição estratégica para aproveitar oportunidades neste segmento, cujas oportunidades estão em: (i) energia hidrelétrica (participação em leilões de novos aproveitamentos; desenvolvimento de estudos de viabilidade em andamento com foco em hidrelétricas de médio porte e PCHs; e aquisição de ativos de energia hidrelétrica já existentes); (ii) energia termelétrica (construção da UTE Porto do Pecém I, no Ceará, usina a carvão mineral que acrescentará 360 MW à capacidade instalada em 2011); e (iii) energia renovável (além dos estudos de viabilidade das PCHs, a Companhia possui um portfólio de projetos em energia eólica em parceria com a EDP Renováveis).

(b) Distribuição: concentração de esforços na manutenção de investimentos no segmento de distribuição de energia elétrica, no seu crescimento orgânico, na melhoria de sua eficiência operacional, bem como na sua preparação frente aos próximos ciclos de revisões tarifárias propostos pela Aneel, de maneira a assegurar o equilíbrio financeiro de nossos contratos de concessão e de nossos custos.

(c) Comercialização: foco na fidelização de clientes localizados dentro e fora das nossas áreas de distribuição que optem pela condição de “clientes livres”, fornecendo-lhes energia por meio da nossa comercializadora de energia, a Enertrade, e assessorando-os em soluções às suas necessidades na área energética, agregando valor desta forma, à prestação de serviços. O negócio de comercialização caracteriza-se por ter baixo custo fixo e oferecer oportunidades de geração de lucro nas margens de comercialização.

• **Risco Controlado:** para assegurar a criação de valor para os acionistas, a EDP Energias do Brasil procura sustentar elevado padrão em governança corporativa e sustentabilidade, o que envolve manter sob controle os riscos de mercado, financeiros e regulatórios. Na vertente de criação de valor ao acionista, a EDP Energias do Brasil posiciona-se como um participante central no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, identificando as melhores oportunidades de negócios nos segmentos em que atua, de maneira sempre consistente com o planejamento estratégico e obedecendo a rigorosos critérios de retorno sobre o investimento. Na sustentabilidade, EDP Energias do Brasil assumiu o compromisso de conduzir os negócios e utilizar recursos de forma sustentável, de acordo com preceitos mundiais de sustentabilidade.

• **Eficiência Superior:** com o objetivo de aumentar a qualidade e a eficiência das operações, os programas do Grupo obedecem a uma forte disciplina de investimentos e procuram maximizar a eficiência operacional e garantir a melhoria contínua na qualidade da gestão. No começo de 2009, foi lançado o Programa de Transformação “VENCER” com o objetivo de conduzir a EDP Energias do Brasil a um novo e mais elevado padrão de Desempenho através da implantação de um novo modelo organizativo, da indicação de novos responsáveis em várias áreas-chave, da revisão dos processos produtivos, do desenvolvimento de uma nova cultura empresarial indutora de novos comportamentos pessoais e profissionais dos trabalhadores, do estabelecimento de aspirações e metas de resultados ambiciosas e da execução de um conjunto de iniciativas estratégicas estruturantes para o futuro. Estas iniciativas distribuem-se em quatro vertentes: “Crescimento e Resultados”, “Organização e Eficiência”, “Pessoas e Cultura” e “Inovação e Sustentabilidade”. A primeira das iniciativas já concretizada, incluída na vertente “Organização e Eficiência”, foi a implementação de uma reestruturação organizacional que permitiu: (i) reduzir o número de layers organizativos - de cinco para três; (ii) reduzir em 40% o número de cargos de chefia; (iii) promover mobilidade horizontal nos titulares desses cargos; (iv) reduzir a idade média das chefias, com conseqüente rejuvenescimento da estrutura de topo; e (v) reduzir os gastos com pessoal.

GESTÃO DO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP Energias do Brasil busca melhoria contínua de produtos e serviços para garantir a satisfação, a saúde e a segurança dos clientes. Modernos sistemas de controle permitem monitorar a rede em tempo real, de forma a gerenciar reclamações, identificar causas e agir prontamente para restabelecer o fornecimento de energia. Em dezembro, o sistema de coleta e apuração de indicadores de qualidade do serviço recebeu recomendação para a certificação NBR ISO 9001:2008.

O número total de reclamações (inclui todos os canais da empresa, Aneel, Justiça e Procon) recuou 1,7% no ano e somou 342,5 mil ocorrências. Periódicamente, essas manifestações são consolidadas e transformadas em um relatório estatístico, a fim de alimentar as áreas com informações estratégicas e possibilitar a correção de eventuais desvios ou a melhoria de processos.

A EDP Bandeirante registrou significativa evolução no reconhecimento pelos clientes: 80,6% no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), da Abradee, e 69,6% no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), ante 72,8% e 67,2%, respectivamente, no ano anterior. Na EDP Escelsa, houve pequeno recuo nos dois indicadores (de 80% para 79,1% no ISQP e de 63,1% para 60,9% no IASC).

Campanhas de conscientização sobre os perigos e riscos no uso indevido da energia elétrica incluíram cartazes e lâminas afixados em estabelecimentos comerciais, escolas, estações de trem e praças públicas, palestras em escolas e revoadas de pipas, entre outras ações, além de alertas impressos na fatura de energia elétrica.

GESTÃO DE PESSOAS

Com o desafio de atuar para o crescimento das pessoas, criar um ambiente estimulante e reforçar a cultura e a identidade corporativa, a gestão de recursos humanos atuou com foco na execução do Programa Vencer. A iniciativa significou uma profunda revisão da estrutura organizacional e foi apoiada por avaliação 360º de todas as pessoas em cargos gerenciais. Como resultado, houve redução de cinco para três níveis hierárquicos e de 40% das chefias, com rejuvenescimento da estrutura e inclusão de jovens de alto potencial. No encerramento de 2009, as empresas do Grupo EDP no Brasil empregavam 2.362 pessoas.

Contribuir para o bem-estar dos colaboradores e manter um ambiente propício para uma vida produtiva têm sido duas das grandes preocupações da EDP Energias do Brasil. Em 2009, os principais projetos foram:

- **“Conciliar”:** busca o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional dos colaboradores, passou a ser integrado também por ações de voluntariado corporativo. A isso se integram o Clube da Corrida e o Festival de Esportes, ambos de estímulo à prática de exercícios. Assim, o Conciliar aprofunda seus objetivos de assegurar igualdade de oportunidades; promover a saúde e o bem-estar das pessoas; desenvolver competências; incentivar a responsabilidade social e a prática do voluntariado;
- **“Boca Livre”:** espaço mensal para a discussão de temas considerados relevantes, a exemplo de consumo consciente, mudanças climáticas, trabalho infantil e escravo, entre outros.

Treinamento e Educação

Em treinamento e educação, as iniciativas foram:

- **“Sou EDP”:** visa estimular a integração e proporcionar o alinhamento entre a organização e seus colaboradores, de forma a promover maior comprometimento com os resultados e garantir a execução da estratégia.
- **“Jovens de Elevado Potencial” e “Especialistas de Alta Performance”:** ambos com o objetivo de identificar talentos, definir iniciativas específicas para o desenvolvimento de competências e implementar um programa de retenção.

Segurança e Saúde no Trabalho

Em segurança e saúde, atuaram frentes de ação dedicadas a ampliar a consciência sobre os riscos e as atitudes seguras na execução de tarefas por parte de colaboradores e fornecedores de serviços. Elas integram o Projeto Unificado de Saúde e Segurança do Trabalho e Qualidade de Vida e incluem campanhas educativas, capacitação, monitoramento, uso de equipamento de segurança unificados, entre outras medidas.

INSTITUTO EDP

O Instituto EDP constitui uma plataforma de relacionamento com todas as partes interessadas na dimensão socioambiental, devendo melhorar a eficácia da atuação da EDP no Brasil nesta área.

Os programas socioculturais apoiados e promovidos pela EDP no Brasil receberam investimentos de R\$ 8,5 milhões, com foco em iniciativas nas áreas de educação, assistência social e desenvolvimento local. Essas ações são executadas com base na visão de que a influência da Companhia nas comunidades onde está presente depende da contribuição para o progresso educacional e cultural e, conseqüentemente, econômico das pessoas.

Os projetos financiados passam por uma seleção pública realizada por meio de edital. Um dos critérios de avaliação é a integração do projeto com o negócio da Companhia, a energia elétrica. Em 2009, as organizações sociais apoiadas promoveram várias ações sobre o tema, como palestras, encontros com a comunidade, folhetos e eventos, a fim de disseminar o uso correto e seguro da energia elétrica.

Entre os projetos mais importantes, destacam-se:

- **“Letras de Luz”:** em parceria com a Fundação Victor Civita, levou o teatro para dentro das escolas e capacitou professores em oficinas de leitura. Este programa significa o maior incentivo à leitura que a EDP promove no Brasil, com a formação de 1.150 multiplicadores; 33.338 espectadores nas apresentações teatrais e a doação de acervo com 202 títulos a 40 municípios, totalizando 15.480 livros.
- **“Dentista do Bem”:** oferece tratamento odontológico gratuito a crianças e adolescentes de baixa renda selecionadas em escolas públicas, por meio do trabalho voluntário de cirurgiões-dentistas. A EDP Bandeirante também patrocinou o documentário “Boca a Boca”, com o apoio do Instituto EDP, um retrato vivo da situação da falta de saúde na boca dos brasileiros.
- **“EDP nas Escolas”:** beneficiou 19.760 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de 72 escolas públicas municipais nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Tocantins, realizou a entrega de kits escolares, campanha sobre a higiene bucal e alimentação saudável e também ações de melhorias no espaço físico das escolas atendidas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado		
ATIVO	Nota	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	233.440	79.443	1.102.022	499.882
Consumidores e concessionárias	6			988.505	779.301
Impostos e contribuições sociais	9	75.036	78.403	413.567	360.918
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			128.495	126.221
Dividendos a receber	26	459.317	476.553		
Estoques				13.199	10.098
Cauções e depósitos vinculados	12	2.168	2.080	69.587	76.936
Despesas pagas antecipadamente	7	4	48	2.615	8.407
Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”	8			113.722	116.596
Ativos disponíveis para venda	15.1.2	39.086		39.086	
Outros créditos	14	883	3.244	166.891	144.645
		809.934	639.771	3.037.689	2.123.004
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos a receber					18
Consumidores e concessionárias	6			94.431	123.226
Impostos e contribuições sociais	9			31.078	31.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			507.351	412.374
Partes relacionadas	11	175.871	144.087		22.104
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	13	69.217	42.740		
Cauções e depósitos vinculados	12	5.122	2.944	130.797	153.632
Despesas pagas antecipadamente	7			1.064	2.608
Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”	8			43.608	94.563
Outros créditos	14	51.992	7.227	71.875	112.875
		302.202	196.998	880.204	952.484
Investimentos	15	3.251.806	2.845.078	24.032	42.103
Imobilizado	16	2.038	1.993	6.416.645	6.003.885
Diferido	17	318.500	490.458	1.168.909	1.348.455
				126	
		3.572.344	3.337.529	7.609.712	7.394.443
Total do ativo		4.684.480	4.174.298	11.527.605	10.469.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- **Programa “EDP Solidária”:** apoiou projetos sociais com foco na saúde, educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a 17.902 pessoas.
- **Programa “EDP nos Esportes”:** incentivou projetos voltados à prática do karatê para cerca de 100 crianças portadores da Síndrome de Down e também patrocinou ao Desafio Internacional de Judô, evento promovido em outubro de 2009 pela Confederação Brasileira de Judô.
- **Programa “EDP Cultural”:** promoveu projetos direcionados à disseminação e inclusão pelas artes, em iniciativas que atingiram diretamente mais de 120.000 pessoas.
- **Concurso “Arte com Energia - Energia das Pessoas: a Energia que Transforma”:** premiou 15 estudantes da rede pública de ensino por desenhos que estimularam o desenvolvimento da criatividade com cidadania, como parte do objetivo de estimular a difusão do tema energia elétrica por meio da arte.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

As ações desenvolvidas pelo P&D buscam prover maior segurança, qualidade e confiabilidade ao sistema elétrico, garantindo à sociedade o suprimento de energia e facilidade de acesso a preços mais acessíveis.

Na EDP Bandeirante, foram concluídos dez projetos de P&D e iniciados outros doze em 2009, totalizando assim 23 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 4 milhões.

Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Bandeirante está participando de quatro projetos relacionados às chamadas estratégicas da Aneel, projetos estes que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias empresas do setor.

Um dos projetos em fase final de desenvolvimento é um módulo de medição eletrônico, que possui como principais características, além da medição, a possibilidade de corte e religamento remoto de energia elétrica, identificação de fraudes e monitoramento do consumidor final. Este produto, em combinação com outro equipamento desenvolvido em P&D, já em fase de testes, será instalado nos postes de distribuição de energia elétrica que proverá funções de concentração de medição de energia e tem como objetivo a melhoria no controle de perdas não técnicas, bem como a possibilidade de prestar novos serviços aos consumidores.

Dentre os projetos finalizados em 2009, destaca-se o desenvolvimento de um dispositivo inteligente para redução da demanda de ponta em equipamentos de linha branca, capaz de proporcionar redução de forma significativa para as empresas.

Em relevância à responsabilidade social, desenvolvemos num projeto uma plataforma vibratória visando à prevenção da osteoporose, a qual está sendo avaliada a eficácia.

Na EDP Escelsa, foram iniciados quatro novos projetos de P&D que, associados a outros 10 projetos plurianuais em andamento, totalizaram investimentos da ordem de R\$ 2,4 milhões.

Dentre os projetos finalizados no ano passado, destaca-se o desenvolvimento de um medidor de grandezas da Qualidade de Energia Elétrica com comunicação remota e a implementação de um Sistema de Monitoramento em tempo real. Esse projeto também teve como resultado um protótipo de medidor que em estudos preliminares tem um custo de produção inferior ao praticado pelo mercado. E dentre os projetos em fase de finalização destaca-se o estudo dos Impactos da ausência do Condutor Neutro em Redes Elétricas e a proposição de Medidas corretivas para promover um significativo aumento da segurança das pessoas, dos eletricitistas e usuários, em função da redução das tensões no neutro e adequado controle das tensões de toque e de passo, reduzindo assim as probabilidades de acidentes.

Eficiência Energética

Com o objetivo de aumentar a satisfação do cliente, foi implementado, em 2008, o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do Programa de Eficiência Energética das distribuidoras da EDP no Brasil, certificado pela norma ISO 9001:2000. Como destaque em 2009, foi antecipado o *upgrade* para a versão mais atual da norma (versão 2008), que visa identificar e gerenciar de forma eficaz os diversos processos interligados da Companhia.

As distribuidoras desenvolvem programas regulares de diagnóstico e projetos de eficiência energética em instalações de clientes industriais, comerciais, residenciais e serviços públicos. Iniciativas específicas para comunidades de menor renda são agrupadas nos programas “Boa Energia na Comunidade” e “Boa Energia Solar na Comunidade”, que têm contribuído para o uso eficiente de energia e na redução de instalações clandestinas e irregulares e, conseqüentemente, de perdas e desperdícios de energia elétrica.

Em 2009, foram concluídos 18 projetos de eficiência energética em hospitais públicos e entidades beneficentes de São Paulo e do Espírito Santo, que proporcionaram economia de cerca de 1.545 MWh/ano nos sistemas de refrigeração e iluminação. Entre os projetos de modernização do sistema de sinalização semaforica, destaca-se o realizado em Taubaté (SP), com a doação de lâmpadas LED que significaram economia no consumo de aproximadamente 90%.

No Espírito Santo, o programa Comunidade Eficiente abrangeu 61 bairros da Grande Vitória com ações educativas para o uso eficiente e seguro, instalação de 104.598 lâmpadas fluorescentes compactas, troca de 103 geladeiras ineficientes, doação de 5.904 padrões de entrada residenciais e de 3.707 kits com materiais elétricos para instalações internas. No conjunto, a economia de energia somou 11.176 MWh/ano.

Projeto desenvolvido em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) substituiu 1.680 chuveiros elétricos por alternativa de aquecimento solar, instalou 9 mil pontos de iluminação eficientes e econômicos em conjunto habitacional de Mogi das Cruzes (SP). O resultado foi uma economia de 9.195 MWh/ano de energia nos sistemas de iluminação.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Os investimentos e gastos de natureza ambiental em 2009 somaram R\$ 29 milhões, concentrados na implantação do Sistema de Gestão Ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na instalação de redes compactas e isoladas. Essas redes proporcionam melhor desempenho do sistema, convivência mais harmoniosa com a vegetação em áreas urbanizadas e menor impacto sobre a paisagem.

As iniciativas permitiram a certificação nas Normas ISO14000 das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Paraíba e São João, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, respectivamente. Foi confirmada, também, a certificação da Usina Hidrelétrica (UHE) Peixe Angical, em Tocantins, nas Normas ISO 14000:2004 e OHSAS 18000:2007. Em continuidade ao plano de certificação ambiental das empresas EDP no Brasil, a previsão em 2010 é a realização das auditorias em ativos de distribuição para aderência às referidas normas.

Na prevenção de passivos ambientais, as empresas mantêm permanente monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as instalações, campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

No ano, a EDP no Brasil juntou-se a mais de 500 empresas de todo mundo na subscrição de acordo global sobre as alterações climáticas, divulgado durante reunião sobre Mudança do Clima, promovida na sede das Nações Unidas, em Nova York (The Copenhagen Communique on Climate Change). O documento solicitava um acordo mundial ambicioso, robusto e equitativo sobre as alterações climáticas, que seria finalizado na 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizado em Copenhague, na Dinamarca.

Entre os projetos mais importantes, destacam-se:

- **Programa Econosso:** proporcionou economia significativa no consumo de energia elétrica nos edifícios das empresas da EDP no Brasil. Na disseminação do programa atuam 50 embaixadores da sustentabilidade, profissionais voluntários que foram formados pelo Instituto EDP em parceria com o Instituto Akatu pelo consumo consciente. Constam ainda do programa o incentivo a reciclagem e a utilização do conceito de pegada ecológica, que calcula o impacto ambiental de indivíduos, organizações e populações.
- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto:** conta atualmente com cinco projetos registrados e dois em fase de validação. Consciente da importância e amplitude das mudanças climáticas, a EDP participa ativamente em vários fóruns com o objetivo de contribuir na construção de um sistema internacional eficaz para o combate às alterações globais do clima.

Também em 2010, a EDP reforçou a sua atividade em mercados voluntários de carbono, com a venda de Verified Emission Reduction (VERs) para uma empresa europeia. As receitas foram integralmente destinadas para os projetos socioambientais implementados pelo Instituto EDP.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

EDP ENERGIAS DO BRASIL

- **Empresa-modelo de sustentabilidade** - Guia Exame Sustentabilidade 2009
- **11º Prêmio Abrasca** - Menção honrosa do Relatório Anual 2008 na categoria responsabilidade social e ambiental de empresas abertas com receita líquida igual ou maior que R\$ 1 bilhão
- **150 Melhores Empresas em Práticas de Gestão de Pessoas** - Editora Gestão & RH
- **Exame Melhores & Maiores**
- **Prêmio Época Mudanças Climáticas** - Uma das 20 empresas brasileiras homenageadas como empresa Líder em Políticas Climáticas - Revista Época
- **As 50 empresas mais sustentáveis segundo a mídia** - Revista Imprensa

DISTRIBUIDORAS

- **Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia** - Eletrobrás/Procel e Petrobras/Conpet
- **TOP Vale de melhor concessionária de serviços essenciais** - Jornal Valeparabano
- **Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC 2009** - 3º colocada na categoria região sudeste com empresas acima de 400 mil unidades consumidoras - Aneel
- **“As Empresas mais admiradas do Brasil”** - Revista Carta Capital
- **Empresa Amiga da Criança** - Fundação Abrinq
- **Troféu Transparência** - Empresas de capital aberto com faturamento de até R\$ 4 bilhões - Anefac

EDP Escelsa

- **Ouro no Prêmio Qualidade** - Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Espírito Santo (Compete)
- **Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)** - uma das 21 empresas classificadas para a fase de visita (última fase) pelo segundo ano consecutivo - Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)
- **Empresa Amiga da Criança** - Fundação Abrinq

Enertrade

- **459º posição na categoria das 500 maiores em vendas** - Revista Exame
- **Entre as 20 mais rentáveis** - Revista Exame
- **2ª empresa na classificação de riquezas criadas por empregado** - Revista Exame

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que os serviços prestados, no exercício de 2009, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados à prestação de serviços de auditoria independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece a todos que trabalharam e contribuíram para que a EDP Energias do Brasil alcançasse uma posição de destaque no cenário nacional. Em especial, nosso reconhecimento pela confiança dos acionistas, pelo empenho e competência dos colaboradores, pelo apoio e estímulo dos clientes, fornecedores, parceiros e demais *stakeholders*.

(Valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado		
PASSIVO	Nota	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Circulante					
Fornecedores	18	10.416	13.093	530.414	456.679
Encargos de dívidas	20		7.700	24.522	21.667
Impostos e contribuições sociais	9	31.106	15.612	464.470	401.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10				1.969
Dividendos	26	297.629	223.451	391.888	313.118
Debêntures	19.6			209.331	218.504
Empréstimos e financiamentos	20		250.000	548.140	848.118
Benefícios pós emprego	21			27.181	30.871
Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”	8			47.592	64.693
Devolução tarifária	4.2			37.186	
Obrigações estimadas com pessoal	22	4.244	4.218	51.211	47.562
Encargos regulatamentares e setoriais	23			156.882	157.672
Provisões para conting					

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita operacional					
Fornecimento de energia elétrica				2.555.205	2.616.395
Suprimento de energia elétrica				925.980	562.432
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão				3.331.040	3.553.490
Outras receitas operacionais				183.408	220.697
				6.995.633	6.953.014
Dedução da receita operacional					
Subvenção - CCC e CDE				(363.514)	(360.061)
Pesquisa e desenvolvimento				(42.653)	(47.107)
Quota para reserva global de reversão				(42.186)	(40.082)
Encargo de capacidade emergencial					4
Impostos e contribuições sobre a receita				(1.898.932)	(1.895.276)
				(2.347.285)	(2.342.522)
Receita operacional líquida	27			4.648.348	4.610.492
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda				(1.924.113)	(1.921.750)
Encargos de uso da rede elétrica				(511.641)	(454.766)
	28			(2.435.754)	(2.376.516)
Custo de operação					
Pessoal				(146.210)	(152.697)
Materiais e serviços de terceiros				(166.608)	(207.693)
Depreciações e amortizações				(251.507)	(269.817)
Outros custos de operação				(28.112)	(38.201)
	28			(592.437)	(668.408)
				(3.028.191)	(3.044.924)
Custo do serviço prestado a terceiros	28			(2.918)	(18.947)
Lucro operacional bruto				1.617.239	1.546.621
Despesas operacionais					
Despesas com vendas				(41.986)	(95.992)
Despesas gerais e administrativas		(65.372)	(49.095)	(322.028)	(284.968)
Depreciações e amortizações		(21.770)	(148.449)	(52.453)	(176.829)
Outras despesas operacionais		(22.220)	(6.659)	(85.814)	(72.054)
	28			(109.362)	(204.203)
				(502.281)	(629.843)
Resultado do serviço				(109.362)	(204.203)
Resultado das participações societárias				638.309	604.463
Receitas financeiras				244.465	174.867
Despesas financeiras				(48.048)	(141.565)
	29			196.417	33.302
Resultado financeiro				196.417	33.302
Lucro operacional				725.364	433.562
Outras receitas				52.345	55.449
Outras despesas				(2.092)	(410)
				50.253	(410)
Outros resultados				50.253	(410)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30			775.617	433.152
Imposto de renda e contribuição social correntes				(2.881)	(80)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(60.514)
				(2.881)	(80)
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio				772.736	433.072
Reversão dos juros sobre capital próprio				(148.909)	(44.743)
				623.827	388.329
Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias				623.827	388.329
Participações de minoritários					(160.267)
Partes beneficiárias					(15.772)
				623.827	388.329
Lucro líquido do exercício				623.827	388.329
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$				3.935,20	2.715,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Atividades operacionais				<i>Reclassificado</i>
Lucro líquido do exercício	623.827	388.329	625.137	388.779
Participação minoritária no resultado/partes beneficiárias			160.267	102.998
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Consumidores e concessionárias			37.858	66.755
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos			60.514	77.264
Impostos e contribuições sociais correntes				2.747
Impostos e contribuições sociais compensáveis			1.725	835
Depreciações e amortizações	21.770	148.449	303.960	446.646
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	345	(44)	41.727	25.330
Despesas pagas antecipadamente e CVA			(9.098)	(6.763)
Fornecedores			31.916	(7.178)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	29.244	12.413	230.335	330.852
Benefícios pós emprego - CVM nº 371			(11.955)	(10.490)
Provisões para contingências	26.361	22.145	65.193	53.829
Diferimento tarifário				(16.245)
Devolução tarifária - ajuste do valor homologado			53.048	10.554
Participação minoritária/Partes beneficiárias			15.772	6.471
Participações societárias	(638.309)	(604.463)	1.742	
Perda com investimentos		5.210		3.043
Baixa/provisão p/perdas ativo imobilizado tangível e intangível/investimento/diferido	(49.066)		(49.066)	
Provisão para passivo a descoberto	(1.512)	(5.302)	(1.512)	(5.302)
Encargos regulamentares e setoriais			44.545	50.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre outros créditos	(74.764)		(74.865)	
Eficiência energética e P&D - provisão			1.305	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			32.536	(2.122)
Outros			(541)	3.982
	(62.104)	(33.263)	1.560.543	1.522.093
(Aumento) diminuição de ativos				
Consumidores e concessionárias			(261.355)	(119.283)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	3.367		(47.802)	(16.741)
Estoques			(5.422)	(4.277)
Cauções e depósitos vinculados	(2.266)	(393)	(2.472)	(75.206)
Despesas pagas antecipadamente	44	205	92.038	97.787
Outros créditos	(10.797)	(883)	(44.039)	(18.586)
	(9.652)	(1.071)	(269.052)	(136.306)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	(2.676)		95.279	41.393
Impostos e contribuições sociais correntes	(16.648)	(17.192)	(31.084)	6.181
Impostos e contribuições sociais diferidos				(2.450)
Devolução tarifária			(15.862)	3
Obrigações estimadas com pessoal	26	(2.449)	3.334	(2.242)
Provisões para contingências			(15.627)	(8.324)
Outras obrigações	(6.206)	(2.121)	(7.884)	39.309
	(97.260)	(56.096)	1.319.647	1.459.657
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais				
Atividades de investimento				
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	427.144	(504.404)	427.144	(504.404)
Baixas (adições) ao investimento	(204.395)	(153.199)	(52.364)	(153.746)
Saldo de caixa adquirido por controlada				(12.104)
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(950)	(781)	(785.774)	(713.977)
Recebíveis ao imobilizado tangível e intangível			2.984	
Baixas (adições) ao ativo diferido				2.828
Dividendos recebidos	490.342	648.415		
Baixa pela alienação da ESC90	94.624		94.624	
Obrigações vinculadas à concessão			47.880	32.661
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	806.765	(9.969)	(265.506)	(1.348.742)
Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(46.424)	10.949		8.030
AFAc's			30.354	17.583
Dividendos pagos	(222.140)	(203.641)	(292.870)	(221.967)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos			250.000	1.156.644
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(286.944)	(4.713)	(1.346.129)	(565.222)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(555.508)	52.595	(452.001)	(300.187)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	153.997	(13.470)	602.140	(189.272)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	233.440	79.443	1.102.022	499.882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.443	92.913	499.882	689.154
	153.997	(13.470)	602.140	(189.272)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Nota	Capital	Reservas	Reservas	Ações em	Ajuste de avaliação	Lucros	Total
		social	de capital	de lucros	tesouraria	patrimonial	acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2008	25	3.182.716	35.348	716.551	(24.290)		(18.066)	3.892.259
Aquisição de ações próprias					(504.404)			(504.404)
Cancelamento de ações em tesouraria					(156.244)			-
Lucro líquido do exercício							388.329	388.329
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal				18.513			(18.513)	-
Reserva de retenção de lucros				114.479			(114.479)	-
Dividendos intermediários							(103.061)	(103.061)
Dividendos propostos							(134.210)	(134.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	25	3.182.716	35.348	693.299	(372.450)			3.538.913
Alienação de ações em tesouraria			61.308		365.836			427.144
Ajuste de avaliação patrimonial - Porto do Pecém						(31.764)		(31.764)
Ajuste de avaliação patrimonial - Denerge						1.586		1.586
Lucro líquido do exercício							623.827	623.827
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal				31.192			(31.192)	-
Reserva de retenção de lucros				296.318			(296.318)	-
Dividendos propostos							(296.317)	(296.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	25	3.182.716	96.656	1.020.809	(6.614)	(30.178)		4.263.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Geração do valor adicionado	50.253	(410)	7.014.402	6.890.690
Receita operacional			6.995.633	6.953.014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(36.680)	(70.916)
Outras receitas	50.253	(410)	55.449	8.592
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(63.529)	(36.623)	(2.933.566)	(2.886.019)
Custos da energia comprada			(1.924.113)	(1.909.517)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			(511.641)	(466.999)
Materiais	(617)	(483)	(24.236)	(46.670)
Serviços de terceiros	(28.667)	(29.333)	(284.527)	(328.059)
Outros custos operacionais	(34.245)	(6.807)	(189.049)	(134.774)
Valor adicionado bruto	(13.276)	(37.033)	4.080.836	4.004.671
Depreciações e amortizações	(21.770)	(148.449)	(303.961)	(446.646)
Valor adicionado líquido produzido	(35.046)	(185.482)	3.776.875	3.558.025
Receitas financeiras	95.556	27.064	279.275	223.942
Participações de minoritários			(160.267)	(102.998)
Resultado da equivalência patrimonial	638.309	604.463	(1.742)	
Valor adicionado total a distribuir	698.819	446.045	3.894.141	3.678.969
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	21.283	14.341	226.406	245.207
Remuneração direta	12.437	8.182	157.760	180.574
Benefícios	7.076	4.985	47.685	44.727
F.G.T.S.	1.770	1.174	20.961	19.906
Impostos, taxas e contribuições	16.655	16.192	2.646.316	2.631.973
Federais	16.655	16.192	1.418.222	1.395.379
Estaduais			1.223.423	1.229.628
Municipais			4.671	6.966
Remuneração de capitais de terceiros	37.054	27.183	380.510	406.539
Juros				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1.1 - Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permisões de geração, distribuição e de transmissão de energia:

Empresa	Estado	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MW) (*)	Concessão/Autorização/Registro	
				Início	Término
Energest	ES/MS	749,59	473,90	Conforme publicação da controlada Energest	
Porto Pecém	CE	720,00	631,00	1º/07/2008	1º/07/2043
Enerpeixe	TO	452,00	271,00	07/11/2001	07/11/2036
Investco	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033
Terra Verde	SC	140,00		25/06/2009	25/06/2039
Evrecy	ES/MG			17/07/1995	17/07/2025
Bandeirante	SP			23/10/1998	23/10/2028
Escelsa	ES			17/07/1995	17/07/2025

(*) Não auditado.

1.2 - Aquisição da Ceneael

Em 16 de fevereiro de 2009, a EDP Renováveis, detida em 45% pela controlada Enernova, concluiu a aquisição da Ceneael, por R\$38.331, detentora dos parques eólicos de Água Doce e Horizonte, localizados no Estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 13,8 MW (23 aerogeradores com 600 kW cada), bem como a possibilidade de expansão dessa capacidade em mais 70 MW.

Este projeto eólico representa o primeiro investimento privado no setor eólico do Brasil. Teve o início em 2004 com a instalação do parque eólico de Horizonte (4,8 MW), cuja remuneração está associada a um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Celesc e, em 2006, instalou o parque de Água Doce (9 MW), cuja remuneração está associada ao programa PROINFA.

1.3 - Alienação da ESC 90 Telecomunicações Ltda.

Em 30 de junho de 2009, a Companhia consumou a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 Telecomunicações Ltda. ("ESC 90") de sua titularidade, à Net Serviços de Comunicação S.A., conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado com a NET Serviços de Comunicação S.A. A conclusão da Operação estava condicionada à obtenção de aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a qual foi concedida sem quaisquer ressalvas no dia 8 de junho de 2009 e publicada no Diário Oficial da União em edição do dia 19 de junho de 2009, na Seção 1, página 57. O valor total da Operação contratada na data-base de 30 de abril de 2008 (para 100% do capital social) foi de R\$94.624. Considerando que a Operação envolveu a recuperação de créditos detidos pela Companhia contra a ESC 90, bem como permitiu a reversão de provisões anteriormente constituídas, proporcionou um efeito positivo no resultado da Companhia no valor de R\$120.989, registrados nas rubricas de Resultado Financeiro no montante de R\$74.764 e Outras receitas operacionais no montante de R\$46.225.

O contrato previa cláusula de atualização monetária e de ajustes no valor da operação que foi objeto de liquidação neste exercício no montante de R\$3.891.

A operação concretizada insere-se dentro do planejamento estratégico traçado pela Companhia de concentrar sua atuação nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com a alienação de ativos não relacionados ao seu negócio principal.

1.4 - Cisão parcial da Castelo Energética S.A. ("CESA") com a transferência dos ativos de transmissão e início das operações da Evrecy Participações Ltda. ("Evrecy").

Em 1º de junho de 2009 através da Assembléia Geral Extraordinária os acionistas da controlada indireta CESA, deliberaram a realização da cisão parcial da referida Sociedade, em decorrência da transferência da concessão de transmissão regulada pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), da controlada indireta CESA para a controlada indireta Evrecy, objeto da Resolução Autorizativa nº 1.823, de 3 de março de 2009, da ANEEL, de modo a gerar maior eficiência operacional, financeira, administrativa e econômica das sociedades. CESA e a Evrecy são sociedades controladas diretamente pela controlada Energest S.A.

O acervo cindido do patrimônio da controlada indireta CESA e incorporado pela controlada indireta Evrecy, avaliado na data-base de 30 de abril de 2009 totalizou o montante de R\$21.462, conforme detalhado no correspondente Laudo de avaliação.

O acervo líquido vertido da controlada indireta CESA para a controlada indireta Evrecy, em 1º de junho de 2009, correspondente à parcela do Capital social foi no montante de R\$21.462.

Em decorrência da cisão parcial da controlada indireta CESA e a conseqüente transferência do acervo cindido para a controlada indireta Evrecy, ocorreu uma redução do capital social da controlada indireta CESA de R\$44.920 para R\$23.458, sem cancelamento de ações.

1.5 - Aquisição da Elebrás

Em 14 de março de 2009 a EDP Renováveis Brasil adquiriu a Elebrás, pelo valor de R\$22.310, que inclui 4 projetos em carteira, com uma capacidade instalada superior a 500 MW.

Dos diferentes projetos em carteira da Elebrás, o de Tramandaí que tem uma capacidade instalada de 70 MW apresenta-se numa fase de início da construção, tendo já formalizado um PPA no âmbito do PROINFA.

1.6 - Reorganização societária - Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. na Lajeado Energia S.A.

Em 30 de novembro de 2009, as Assembléias Gerais Extraordinárias da controlada Tocantins Energia S.A. ("Tocantins") da controlada EDP Lajeado Energia S.A. ("EDP Lajeado") e da controlada Lajeado Energia S.A. ("Lajeado"), sociedades integrantes do Grupo EDP - Energias do Brasil, deliberaram a reorganização societária através da incorporação da controlada Tocantins e da controlada EDP Lajeado na controlada Lajeado, operação que teve os seguintes objetivos:

- Racionalizar e simplificar a estrutura societária das empresas envolvidas, aproveitar as sinergias do negócio da comercialização de energia e da gestão dos ativos da investida comum, Investco S.A.;
- Otimizar a alocação dos recursos próprios ou obtidos de terceiros, com a finalidade de garantir o melhor retorno possível aos acionistas.

A referida reorganização societária compreendeu os seguintes eventos:

- Incorporação da holding controlada Tocantins pela controlada Lajeado;
- Aumento do capital social na controlada EDP Lajeado, por transferência da totalidade das ações detidas na Lajeado Energia pela Companhia;

(iii) Incorporação da controlada EDP Lajeado pela controlada Lajeado. Através da Resolução Autorizativa nº 2.218, de 1º de dezembro de 2009 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a transferência da totalidade da participação detida pela controlada EDP Lajeado para a controlada Lajeado, na concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães, que estabeleceu, também, a amortização do ágio pela curva determinada entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da controlada Lajeado.

A Incorporação acarretou o aumento do capital social da controlada Lajeado, de R\$513.810 para R\$756.866, um aumento, portanto, de R\$243.056, mediante a emissão de 142.029.324 (cento e quarenta e dois milhões, vinte e nove mil, trezentos e vinte e quatro) novas ações, atribuídas na época aos acionistas Governo do Estado do Tocantins, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e a Companhia, na proporção de suas participações no capital social da controlada EDP Lajeado na data da Incorporação, sendo 113.690.041 (cento e treze milhões, seiscentas e noventa mil e quarenta e uma) ações ordinárias atribuídas à Companhia e 28.339.283 (vinte e oito milhões, trezentas e trinta e nove mil, duzentas e oitenta e três) ações preferenciais classe A atribuídas à Eletrobrás.

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da EDP - Energias do Brasil, na forma do disposto no art. 6º da Instrução CVM 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado da controlada Lajeado.

Em função da referida reestruturação societária e consumadas as providências legais da incorporação, a controlada EDP Lajeado e a Tocantins foram extintas de pleno direito e a controlada Lajeado assumiu a responsabilidade ativa e passiva relativa à controlada EDP Lajeado e a controlada Tocantins, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos.

Os saldos dos ativos e passivos e o correspondente acervo líquido incorporado pela controlada Lajeado, originários dos patrimônios da controlada EDP Lajeado e da controlada Tocantins, estão abaixo apresentados:

Balancos patrimoniais em 30 de novembro de 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Antes		Efeitos de Incorporação			Após Incorporação
	Incorporação	Saldos para Incorporação	Efeitos de Incorporação	Efeitos CVM	Incorporação	
	Controladora	Tocantins	EDP Lajeado	Eliminações	nº 319 (nota 1.6)	Controladora
Circulante	94.058	42.981	57.024			194.063
Não circulante						
Realizável a longo prazo	22.154	6.594	1.312		127.827	157.887
Investimentos	426.124	78.888	341.769	(164.285)		682.496
Imobilizado	44	3	168			215
Intangível	460.924		569.107	(375.963)		654.068
	887.092	78.891	911.044	(540.248)		1.336.779
Total do ativo	1.003.304	128.466	969.380	(540.248)	127.827	1.688.729
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	78.031	683	50.165			128.879
Não circulante	37.307	48.895	1.525			87.727
Patrimônio líquido	887.966	78.888	917.690	(540.248)	127.827	1.472.123
Total do passivo e patrimônio líquido	1.003.304	128.466	969.380	(540.248)	127.827	1.688.729

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras, foram aprovadas em Reunião de Diretoria em 23 de fevereiro de 2010 e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na Nota 3.1 a seguir.

A Companhia e suas controladas adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Despacho SFF/ANEEL nº 4.722 de 18 de dezembro de 2009 e atualizações posteriores.

Em decorrência da permuta da anterior controlada Enersul com ativos do Grupo Rede, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, contidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 2008, contemplam os saldos e transações pelo método de consolidação integral da anterior controlada Enersul, até 31 de agosto de 2008, das novas controladas Tocantins Energia e Lajeado Energia a partir de 1º de setembro de 2008 e, para a controlada Investco, até 31 de agosto de 2008 pelo método de consolidação proporcional e, a partir de 1º de setembro de 2008, pelo método de consolidação integral.

2.1 - Reclassificações e ajustes de períodos anteriores

Para fins de comparabilidade, foram efetuadas as seguintes reclassificações, nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008:

- A controlada Escelsa reclassificou da rubrica de Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" para Outras contas a pagar no Passivo circulante e não circulante o montante de R\$8.164 e R\$32.859 respectivamente, referente a Outras passivos regulatórios, também no passivo não circulante foi reclassificado da rubrica de Outras contas a pagar para a rubrica de encargos regulamentares e setoriais o montante de R\$2.261;
- A controlada Bandeirante reclassificou no passivo não circulante, na rubrica de Outras contas a pagar para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais o montante de R\$586 referente a pesquisa e desenvolvimento;
- A controlada Enerpeixe reclassificou o saldo de aplicações financeiras, realizadas como garantia dos contratos de empréstimos do BNDES, do contrato de O&M e da energia de curto prazo (CCEE) da conta de Caixa e equivalentes de caixa para Cauções e depósitos vinculados, o montante de R\$51.631;
- Crédito de PIS/COFINS - a partir deste exercício a Companhia e suas controladas passaram a classificar os créditos dedutíveis das bases do PIS e da COFINS, apurados nos termos das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, como dedução dos Gastos operacionais, anteriormente contabilizados no grupo de Deduções da Receita e para fins de comparabilidade, foram efetuadas reclassificações do ano anterior cujos efeitos estão abaixo demonstrados:

Reclassificação do PIS/COFINS - Período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2008

	Enrertrade	EDP Lajeado	Energest	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Consolidado
Impostos e contribuições sobre a receita	64.256	8.585	2.163	116.663	73.235	28.762	293.664
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(63.009)	(876)	(1.870)	(90.429)	(60.481)	(24.588)	(241.253)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.247)	(1.417)	(293)	(25.926)	(12.751)	(4.169)	(45.803)
Despesas com aluguéis							
Outros custos de operação		(6.292)		(308)	(3)	(5)	(6.608)
Total	—	—	—	—	—	—	—

• Projetos em desenvolvimento - de acordo com as diretrizes do CPC04 foi efetuada a reclassificação dos saldos de 2008 relativos a projetos em desenvolvimento do Ativo Imobilizado para o intangível, conforme demonstrado abaixo:

Reclassificação dos projetos em desenvolvimento -

	Período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2008					
	CESA	Energest	Investco	Pantanal	Santa Fé	Consolidado
Não circulante						
Imobilizado	(776)	(14.481)	(12.450)	(518)	(1.725)	(29.950)
Intangível	776	14.481	12.450	518	1.725	29.950
Total	—	—	—	—	—	—

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") diversos pronunciamentos foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, os valores do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da publicação das demonstrações financeiras do exercício de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Pronunciamentos

- CPC 16 - Estoques
- CPC 17 - Contratos de construção
- CPC 18 - Investimentos em coligadas
- CPC 19 - Participação em empreendimento controlado em conjunto
- CPC 20 - Custos de empréstimos
- CPC 22 - Informação por segmento
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 - Ativo imobilizado
- CPC 30 - Receitas
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- CPC 33 - Benefícios a empregados
- CPC 35 - Demonstrações separadas
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação

Interpretações

- ICPC 01 - Contratos de concessão
- ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28

A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

A interpretação técnica ICPC 01 estabeleceu os critérios de reconhecimento e mensuração dos contratos de concessão, classificando os direitos das empresas às quais se aplica como um ativo intangível e/ou um ativo financeiro registrados pelo seu justo valor.

Considerando a complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica quando da aplicação nos negócios de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Companhia ainda está avaliando seus reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao mesmo tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre os aspectos para aplicação de tal interpretação.

Face ao exposto, a Companhia entende que neste momento não é possível avaliar e quantificar com confiabilidade os efeitos da aplicação da ICPC01 nas suas demonstrações financeiras.

3.2 - Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 6)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado pelas controladas, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade dessas, que incluem:

- Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias distribuidoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
- O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores das controladas distribuidoras, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 6.4);
- Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da Classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

Adicionalmente, foi efetuada uma análise individual criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos e obras, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

d) Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

e) Investimentos (Nota 15)

Os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

f) Imobilizado (Nota 16)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável), até 1997 na Bandeirante e 2001 na Escelsa, que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

As principais taxas anuais de depreciação praticadas pela Companhia e controladas são as seguintes:

Tipo de imobilizado	Atividade de distribuição	
	%	Tipo de imobilizado
Banco de capacitores paralelo inferior a 69kv	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69kv
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador
Chave inferior a 69kv	6,7	Transformador de distribuição
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força
Condutor inferior a 69kv	5,0	Transformador de medida
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralelo igual ou superior a 69kv
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69k
Estrutura (poste, torre) inferior a 69kv	5,0	Condutor igual ou superior a 69kv
Medidor	4,0	Estrutura (poste, torre) igual ou superior a 69kv
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69kv

Tipo de imobilizado	Demais atividades	
	%	Tipo de imobilizado
Comporta	3,3	Edificação
Edificação - casa de força	2,0	Equipamento geral
Edificação - outras	4,0	Veículos
Gerador	3,3	
Reservatório, barragem e adutora	2,0	
Turbina hidráulica	2,5	
Urbanização e benfeitorias	4,0	

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª Revisão Tarifária Periódica por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço vinculados ao sistema elétrico de distribuição e também na proporção dos correspondentes bens desativados.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Despacho nº 29

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i) Fornecedores (Nota 18)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. As obrigações em moeda estrangeira são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício, atualizadas pela cotação da moeda na data do balanço.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Nota 19 e 20)

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

k) Provisões para contingências (Nota 24)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 30)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas indiretas Costa Rica, Pantanal, Santa Fé e Evreco com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente e, na controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia e suas controladas para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório ("RTT"), conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração de renda referente ao exercício de 2008 entregue em 15 de outubro de 2009.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 21)

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2009.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

o) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

p) Ações em tesouraria (Nota 25)

Conforme determinam as Instruções CVM nºs 10/80 e 358/02, as ações em tesouraria estão registradas pelo custo médio de aquisição.

q) Lucro por ação

O lucro por ação é apurado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

s) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia e das suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.2.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE");
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Provisões para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

t) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

u) Instrumentos financeiros (Nota 32)

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia e suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Empréstimos e recebíveis
- Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.
- Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas, adicionalmente aos procedimentos adotados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, passaram a qualificar determinados instrumentos financeiros como para contabilidade de cobertura ("hedge accounting"), os quais possuem as seguintes diretrizes contábeis:

Instrumentos financeiros de derivativos e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de valor justo dos derivativos de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Contabilidade de cobertura

A Companhia e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros, variação cambial e financiamentos. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adaptado, como segue:

- a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do financiamento; e
- em relação a cobertura de uma transação prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar o resultado.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no patrimônio líquido - na rubrica ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do período, no momento em que ocorre a inefetividade. Os valores acumulados no patrimônio líquido transitam pelo resultado nos períodos em que o item coberto afeta o resultado. Entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em patrimônio líquido na data mantêm-se em patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e mostrando que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

v) Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.3 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a EDP - Energias do Brasil S.A. e suas controladas (conforme descrito na Nota 1). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas, incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.
- A controlada em conjunto Porto do Pecém está sendo consolidada pelo método proporcional a partir de 14 de outubro de 2008.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	31/12/2009	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Controladora	4.263.389	623.827
Provisão AFAC Enercouto (*)	5.315	1.310
Consolidado	<u>4.268.704</u>	<u>625.137</u>

	31/12/2008	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Controladora	3.538.913	388.329
Provisão AFAC Enercouto (*)	4.005	450
Consolidado	<u>3.542.918</u>	<u>388.779</u>

(*) Refere-se a provisão para perda do adiantamento para futuro aumento de capital na Enercouto.

3.4 - Investimentos em controlada em conjunto - Porto do Pecém

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009, da controlada em conjunto em fase pré-operacional Porto do Pecém, é apresentado a seguir:

Balanço Patrimonial resumido em 31/12/2009				Demonstração do resultado resumida do exercício findo em 31/12/2009	
ATIVO		PASSIVO		Despesas operacionais	(16.874)
Circulante	513.618	Circulante	188.620	Resultado financeiro líquido	68.046
Não circulante	1.433.794	Não circulante	1.243.414	Outros resultados	5.834
		Patrimônio líquido	515.378	Imposto de renda e contribuição social	14.306
Total	1.947.412	Total	1.947.412	Lucro líquido do exercício	71.312

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais consolidados:

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Consumidores e concessionárias	6				
Programa luz para todos		24.213	17.992		
Outros ativos regulatórios		41.923	46.524	29.569	15.246
Outros créditos	14				
Modicidade tarifária - baixa renda		61.791	53.927		
Outros		272			
PIS e COFINS - majoração de alíquota			5.793		
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8				
Parcela "A"			34.725		
CVA - ativa		113.722	81.871	43.608	94.563
Total de ativos regulatórios		241.921	240.832	73.177	109.809
Fornecedores	18				
Energia livre		(37.416)	(5.343)		
Outros passivos regulatórios		(221)	(283)		
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8				
Parcela "A"		(36.351)	(21.078)		
CVA - passiva		(11.241)	(43.615)	(58.384)	(18.430)
Devolução tarifária					
Devolução tarifária	4.2	(37.186)			
Outras contas a pagar	14				
PIS e COFINS das geradoras			(1)		
Modicidade tarifária - baixa renda		(22.804)	(47.766)		
Outros passivos regulatórios		(4.976)	(12.357)	(55.467)	(46.314)
Total de passivos regulatórios		(150.195)	(130.443)	(113.851)	(64.744)
Total ativos (-) passivos regulatórios		91.726	110.389	(40.674)	45.065

4.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Parcela "A"

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar/(devolver)	
					31/12/2009	31/12/2008
Parcela "A"	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	99.704	174.019	(310.074)	(36.351)	13.647

A RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras, ressarcir os custos com energia livre suprida pelas geradoras e para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, durante o Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela ANEEL, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre em 31 de março de 2007 da controlada Bandeirante e em 30 de setembro de 2009 da controlada Escelsa, e com amparo na Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, iniciou-se nos meses seguintes ao encerramento, a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", esse sem limite de permanência para seu pleno ressarcimento.

A controlada Bandeirante efetuou consulta a ANEEL no tocante a dedutibilidade ou não dos tributos de PIS e da COFINS nos valores amortizáveis a título de Parcela "A" e aguarda posicionamento.

Nos reajustes tarifários de outubro de 2008, da controlada Bandeirante, e agosto de 2009, da controlada Escelsa, cessou a cobrança relativa à RTE. O saldo a devolver aos consumidores das controladas Bandeirante e Escelsa em 31 de dezembro de 2009, incluindo os tributos de PIS e COFINS, é de R\$36.351, sendo que para a controlada Bandeirante foi definido no reajuste tarifário de 20 de outubro de 2009 a devolução no montante de R\$19.714, que está sendo devolvido em doze parcelas desde outubro de 2009. O valor de R\$16.637 da controlada Escelsa será devolvido em data oportuna a ser definida pela ANEEL.

Energia livre - A ANEEL divulgou a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, determinando às concessionárias o recálculo do valor do passivo e dos repasses da parcela da RTE correspondentes à Energia livre. Em decorrência desse fato, as controladas Bandeirante e Escelsa registraram um passivo no valor de R\$32.072, contabilizando em contrapartida o valor de R\$29.885 a débito do Resultado financeiro e R\$2.187 a débito do Resultado operacional.

4.2 - Reajustes e revisão tarifária periódica

4.2.1 - Revisão tarifária de 2007 e Reajuste tarifário de 2009 - controlada Escelsa

Revisão tarifária de 2007

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na Reunião Pública Ordinária da Diretoria, em 28 de julho de 2009, homologou de forma definitiva a quarta revisão tarifária periódica da controlada Escelsa (período Ago 2007-Ago 2010), conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008.

As principais alterações introduzidas pela ANEEL, face ao que havia estabelecido provisoriamente em 2007 e 2008, são:

- Os valores reconhecidos a título de custos incluídos na Empresa de Referência em 2007, anteriormente atribuído em R\$ 221 milhões foi alterado e homologado para R\$ 210 milhões. A ANEEL havia divulgado, em 12 de maio de 2009, como resultado da Consulta Pública nº 035/2009, um valor da Empresa de Referência de R\$ 202 milhões;
 - Componente Xe do Fator X, índice utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais, passa de 1,45% para 0,00%; e
 - Percentual de Perdas de Receita Irrecuperáveis, passa de 0,50% para 0,60% do faturamento bruto (com impostos).
- Estas alterações retroagem a 7 de agosto de 2007 e estão mantidos os valores da Base Regulatória Bruta e Líquida. A ANEEL deliberou, também, sobre os recursos administrativos interpostos anteriormente pela controlada Escelsa, em face da Resolução Homologatória 528/2007 e da Resolução Homologatória 686/2008, relativos a provimentos relacionados com a Estrutura Tarifária, a Receita de Suprimento e a ajustes no cálculo do déficit do Programa Luz para Todos.
- Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, agora aprovado pela ANEEL, é de -6,44%, em substituição ao valor provisório, fixado em agosto de 2007 de -6,92%.
- O resultado financeiro líquido, incluído no reajuste tarifário anual da controlada Escelsa, foi de R\$ 2.000.

Cabe esclarecer que as tarifas da controlada Escelsa homologadas através do reajuste anual em 7 de agosto de 2009 contemplou os seguintes efeitos:

- a introdução da diferença entre o novo percentual de -6,44% e o percentual provisório de -6,92% determinado em agosto de 2007, como antes referido; e
 - o índice de reajuste anual para o período de 7 de agosto de 2009 a 06 de agosto de 2010.
- Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, aprovado pela ANEEL, é de -6,44%, em substituição ao valor provisório, fixado em agosto de 2007, de -6,92%. Dessa forma, a controlada Escelsa registrou neste trimestre o montante de R\$15.595, a débito do resultado do exercício na rubrica de Receita Operacional em contrapartida ao Passivo Circulante na rubrica Devolução Tarifária, referente ao período de agosto de 2007 a julho de 2009. O saldo a devolver em 30 de setembro de 2009 é de R\$12.995.

Reajuste das tarifas de 2009

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública ocorrida em 4 de agosto de 2009, aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas da controlada Escelsa, em 15,12% para o período 7 de agosto de 2009 a 6 de agosto de 2010, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e demais classes). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da controlada Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica foi de 10,01%, sendo 9,49% para os consumidores de baixa tensão e 11,18% para os consumidores de alta tensão. Além disso, a partir de 7 de agosto de 2009, encerrado o processo de recuperação dos passivos associados à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, cessou a aplicação dos percentuais de 2,9% para os consumidores residenciais, rurais e Iluminação Pública, e de 7,9% para os demais consumidores. As tarifas de aplicação, considerando estes fatos, foram homologadas através da Resolução Homologatória nº 860 de 4 de agosto de 2009.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considerou a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X, e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo Combustível (CC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros instrumentos.

A composição do reajuste, aplicado em 2009 para a controlada Escelsa está demonstrado a seguir:

- Parcela A com 8,34%, 4,83% relativo à compra de energia, 1,49% relativo à encargos setoriais e 1,64% relativo a encargos de transmissão;
- Parcela B com 0,38%; e
- Itens financeiros com 6,78%, que incluem os ajustes decorrentes da conclusão do processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da controlada Escelsa, comunicado em 6 de outubro de 2009.

4.2.2 - Revisão tarifária periódica de 2007 e Reajuste tarifário de 2009 - controlada Bandeirante

Revisão tarifária periódica de 2007

Em Reunião Pública Ordinária da Diretoria ocorrida em 6 de outubro de 2009, a ANEEL homologou, através da Resolução Homologatória nº 889, de 6 de outubro de 2009, de forma definitiva a segunda revisão tarifária periódica da controlada Bandeirante (período outubro de 2007 a outubro de 2011), conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 33

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Itens financeiros com 2,35%, 3,66% relativo a ajustes financeiros da CVA e -1,31% referente a outros ajustes financeiros, que incluem os ajustes decorrentes da conclusão do processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da controlada Bandeirante, comunicado em 6 de outubro de 2009.

4.2.3 - Revisão tarifária periódica - Receita anual permitida ("RAP") da controlada indireta Evreco

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 843, de 25 de junho de 2009, aprovou os novos valores das receitas anuais permitidas ("RAP"), referentes ao período de 2009 e 2010, das concessionárias de transmissão de energia elétrica. As novas receitas, que entram em vigor a partir de 1º de julho de 2009, foram corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) do exercício e englobam também uma parcela de ajuste decorrente da diferença entre o valor arrecadado pelas tarifas de transmissão do exercício anterior e a RAP aprovada para aquele período.

Com a publicação da Resolução Normativa nº 386 de 15 de dezembro de 2009, foi estabelecida a metodologia do segundo ciclo de revisão tarifária das transmissoras que será aplicada em 2010 com os efeitos retroativos a partir de 1º de julho de 2009, que corresponde a data de revisão prevista no contrato de concessão da Empresa.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Bancos conta movimento	29.595	47.307	292.711	279.372
Aplicações financeiras - renda fixa	203.845	32.136	809.311	220.510
Total	233.440	79.443	1.102.022	499.882

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 103,1% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6 - Consumidores e concessionárias

	Consolidado					Saldo líquido em 31/12/2009	Saldo líquido em 31/12/2008
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD		
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento a consumidores finais							
Fornecimento faturado							
Residencial	93.499	97.215	26.172	216.886	(34.564)	182.322	144.536
Industrial	34.809	31.700	10.795	77.304	(9.675)	67.629	38.095
Comércio, serviços e outras atividades	35.033	27.831	18.941	81.805	(14.452)	67.353	46.488
Rural	10.632	7.960	3.206	21.798	(143)	21.655	14.306
Poder público							
Federal	4.023	1.006	207	5.236	(94)	5.142	3.403
Estadual	5.182	789	470	6.441	(256)	6.185	5.100
Municipal	5.324	3.280	4.814	13.418	(1.180)	12.238	11.313
Iluminação pública	6.031	3.227	6.773	16.031	(501)	15.530	15.623
Serviço público	8.982	6.126	11.263	26.371	(39)	26.332	13.489
Cientes livres	7.554			7.554		7.554	6.121
Fornecimento não faturado	245.852			245.852		245.852	214.571
Parcelamentos de débitos	54.578	10.623	19.560	84.761	(29.673)	55.088	35.696
(-) Ajuste a valor presente	1.881			1.881		1.881	1.570
Outros créditos	28.615			28.615		28.615	33.526
Ativo regulatório							
Outros ativos regulatórios	64.366			64.366		64.366	53.869
Total circulante	606.361	189.757	102.201	898.319	(90.577)	807.742	637.706
Concessionárias							
Suprimento - convencional	179.571			179.571	(28.412)	151.159	101.793
Energia de curto prazo	5.271			5.271		5.271	9.802
Encargos de uso da rede elétrica	8.901			8.901		8.901	8.504
Ativos regulatórios	1.770			1.770		1.770	10.647
Outros	13.662			13.662		13.662	10.849
Total	209.175	-	-	209.175	(28.412)	180.763	141.595
Total não circulante	815.536	189.757	102.201	1.107.494	(118.989)	988.505	779.301
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	6.929			6.929		6.929	17.764
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
Poder público							
Municipal	3			3		3	3
Parcelamentos de débitos	55.470			55.470		55.470	72.782
(-) Ajuste a valor presente	(17.763)			(17.763)		(17.763)	(16.335)
Outros créditos							
Outros ativos regulatórios	29.569			29.569		29.569	15.246
Total	74.262	-	-	74.262	-	74.262	89.514
Concessionárias							
Energia de curto prazo	14.301			14.301	(14.301)	-	13.542
Outros	20.169			20.169		20.169	20.170
Total	34.470	-	-	34.470	(14.301)	20.169	33.712
Total não circulante	108.732	-	-	108.732	(14.301)	94.431	123.226

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é considerada, pela Administração da Companhia e suas controladas, suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de Curto Prazo

Refere-se, principalmente, às transações de venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo das controladas distribuidoras está sujeita a modificação, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor. A controlada Bandeirante registrou neste exercício uma PCLD em contrapartida a débito do Resultado na rubrica de Despesa operacional no montante de R\$11.699.

6.2 - Concessionárias - Outros

Os valores de R\$20.169 (R\$20.170 em 2008) no Ativo não circulante e de R\$ 19.335 (R\$19.335 em 2008) no Passivo circulante e Não circulante (Nota 14), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, entre a controlada Bandeirante Energia S.A. e a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da controlada Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

6.3 - Concessionárias - Suprimento convencional

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - "AMPLA" (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vendidas e a vencer, no total de R\$ 57.258 em 31 de dezembro de 2009 (R\$68.637 em 2008), sendo que desse montante R\$27.684 (R\$65.753 em 2008) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral do dia 19 de março de 2009 em resposta aos processos nº 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

Esta sentença arbitral reconheceu que o contrato de compra e venda de energia celebrado entre Enertrade e AMPLA, para o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006 a AMPLA não cumpriu com o preço definido, e para o período de 29 de agosto de 2006 a 13 de março de 2009 a Companhia reconheceu a cobrança de forma onerosa, retificando a receita operacional em R\$41.440 e anulando a PCLD correspondente, sem impacto no resultado operacional.

Não tendo a AMPLA reconhecido os efeitos da sentença arbitral, decidiu a Companhia manter a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD correspondente ao valor em discussão.

6.4 - Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo pronunciamento CPC 12, foi calculado pelas controladas Bandeirante e Escelsa com base na taxa WACC regulatória, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e, em 31 de dezembro de 2009, correspondia a 15,07%a.a. (15,07%a.a. em 2008), afetando negativamente o resultado do exercício consolidado antes dos efeitos de impostos em R\$1.117(R\$ 3.641 negativo em 2008).

7 - Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
PIS/COFINS - majoração de alíquota				5.793
Prêmio de seguros	4	48	2.615	2.171
Outros				443
Total	4	48	2.615	8.407
				1.064
				2.608

8 - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA

	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Bandeirante						
De 01/01/2001 a 25/10/2001			19.714	21.078		
De 24/09/2006 a 23/09/2007		6.635		10.728		
De 24/09/2007 a 23/09/2008	4.937	57.920	680	1.875	21.602	
De 24/09/2008 a 23/09/2009	64.643			1.710		
De 24/09/2009 a 31/12/2009			25.508	47.557		53.879
Total	69.580	64.555	25.508	48.237	23.299	53.408
						7.572
Escelsa						
De 01/01/2001 a 25/10/2001		34.725		16.637		
De 08/07/2006 a 07/07/2007		5.724		3.461		
De 08/07/2007 a 07/07/2008	303	11.592		7.656		7.824
De 08/07/2008 a 30/09/2008	43.839		46.326			10.858
De 08/08/2009 a 31/12/2009			18.100			4.505
Total	44.142	52.041	18.100	46.326	24.293	11.285
	113.722	116.596	43.608	94.563	47.592	64.693
						58.384
						18.430

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura consideradas nas tarifas de energia elétrica, são efetuados de acordo com o regime de competência, no ativo e/ou passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza de gasto.

A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2008		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2009
	Apropriação	Amortização	Apropriação	Amortização	
Parcela "A"	13.647		(1.122)	(48.876)	(36.351)
CVA	114.389		11.761	(91.714)	87.705
Total	128.036	53.269	10.639	(140.590)	51.354

Parcela "A": de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na Nota 4.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	43.791	51.373	225.152	226.676		
ICMS	132	53	36.827	26.719	28.383	31.084
PIS e COFINS	235	235	37.500	25.807		
PIS e COFINS - COSIT 27			75.730	40.054		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	23.630	23.343	23.630	23.343		
Outros	7.248	3.399	14.728	18.319	2.695	
Total	75.036	78.403	413.567	360.918	31.078	31.084
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	2.987		144.242	177.245		
ICMS sobre diferencial de alíquota	5		415	3		
ICMS			142.927	107.444		
PIS e COFINS	12.776		87.963	63.446	35.039	34.451
ISS			662	30		
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros				18		
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros				38		
IRRF sobre juros s/capital próprio		14.777	31.104	42.274		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	14.634		34.146	45.484	106.129	
Outros	704	835	11.617	11.526	995	
Total	31.106	15.612	34.146	464.470	142.163	34.451

9.1 - Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE")

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, as distribuidoras de energia elétrica, como agentes integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), exerceram a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

9.2 - PIS e COFINS

Os saldos de ativo e passivo de PIS e COFINS, em 31 de dezembro de 2009, consideram o registro pelas controladas Bandeirante e Escelsa dos créditos extemporâneos, no montante de R\$75.730 (R\$40.054 em 2008), decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondente aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, as controladas reconheceram no Passivo circulante, na rubrica Outras obrigações, igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciariam na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Nota 14).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Enertrade - A controlada possui contratos de mútuo no montante de R\$20.201, sendo R\$5.500 firmado em 09 de novembro de 2009, R\$5.000 firmado em 07 de dezembro de 2009 ambos vencíveis em 21 de agosto de 2010 e R\$9.701 firmado em 10 de dezembro de 2009 com o objetivo de conversão dos dividendos com vencimento em 9 de novembro de 2010, todos os contratos são atualizados com juros de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

Energest - A controlada possui contratos de mútuo no montante de R\$57.286, sendo R\$22.250 firmados durante o exercício de 2009, atualizados com juros de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e R\$35.036 firmado em 29 de dezembro de 2006 com o objetivo de conversão dos dividendos, para esse contrato não há incidência de juros e o vencimento ocorrerá em 29 de dezembro de 2011.

CESA - A controlada possui contratos de mútuo no montante de R\$60.224, sendo R\$15.000 firmado em 15 de maio de 2003 e R\$9.240 firmado em 30 de maio de 2003, atualizados com juros de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e R\$35.984 firmado em 29 de dezembro de 2006 com o objetivo de conversão dos dividendos, para esse contrato não há incidência de juros e o vencimento ocorrerá em 29 de dezembro de 2011.

Investco - A controlada durante Reunião de Diretoria realizada em 23 de novembro de 2009 aprovou a conversão do valor de dividendos a pagar de R\$4.336 em contrato de mútuo onde as condições acordadas foram a liquidação em parcela única até 9 de novembro de 2010 e juros incidentes de 100% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Escelsapar - Refere-se a mútuo no valor de R\$2.900 com vencimento em 22 de outubro de 2011 sem encargos financeiros.

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$3.997 (R\$5.805 em 2008), valor composto somente por benefícios de curto prazo, sem os custos de rescisões contratuais.

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 8 de abril de 2009, o valor da remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês e da Diretoria, de até R\$4.560, para o período de abril de 2009 a março de 2010.

Os saldos com as suas controladas Bandeirante, Escelsa e Enertrade referem-se ao compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007 e, com as demais empresas, referem-se fundamentalmente a mútuos financeiros.

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	Nota	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos judiciais	24	2.168	2.080	5.122	2.944	2.203	2.080	117.735	132.067
Cauções e depósitos vinculados						67.384	74.856	13.062	21.565
Total		2.168	2.080	5.122	2.944	69.587	76.936	130.797	153.632

13 - Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2009	31/12/2008
Energest	35.040	35.040
Erenova	31.077	7.700
Terra Verde	3.100	
Enercouth	5.315	4.005
Enercouth (provisão)	(5.315)	(4.005)
Total	69.217	42.740

14 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	97	105			3.148	2.594		
Adiantamentos a fornecedores	53	53	13.350		1.248	2.379	13.350	
Créditos a receber - clientes					167	167		
Modicidade tarifária - baixa renda					61.791	53.927		
Dispêndios a reembolsar	34	405			10.402	5.166		
Programa eficiência energética					3.568	2.863	1.520	2.525
RGR a compensar					777	2.091		
Bens destinados à alienação						20.051	84	84
Desativação em curso	16				6.976	5.548		
Serviços em curso	683	2.511			47.741	14.043		
Serviços prestados a terceiros					5.394	11.710	14.449	9.825
Tributos e consignações sobre folha					1.809	1.551		
Desativações e alienações					7.228	774		
Compartilhamento de infra-estrutura					1.138	72		
Adiantamento UTE Resende e Norte Capixaba			6.844	6.462			6.844	6.462
NDF - Nondeliverable forward contracts								60.669
Convênios de arrecadação						2.255		
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.					3.626	1.820	4.950	19.954
Cessão de crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A.					2.373	3.347	18.276	4.435
Redução de capital			24.887					
Outros ativos regulatórios						272		
Outros		170	6.911	765	9.233	14.287	12.402	8.921
Total	883	3.244	51.992	7.227	166.891	144.645	71.875	112.875
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					10.037	9.837		
Contribuição de iluminação pública					11.798	10.368		
Valores a pagar à Piratininga					382	382	18.953	18.953
Credores diversos - consumidores					14.636	17.395		
Credores diversos - concessionárias					4.161	3.054		
Folha de pagamento					4.707	4.050		
Outros passivos regulatórios					4.976	12.357	55.467	46.314
Modicidade tarifária - baixa renda					22.804	47.766		
Cessão de créditos de ICMS					2.390	308		
Juros sobre empréstimo compulsório					373	431		
Arrecadação de terceiros a repassar					7.676	2.525		
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia					2.398	2.282		
Devolução tarifária COSIT 27					75.729	40.054		
Redução de capital							24.007	
Outras		2.208	62	25	12.371	18.617	2.971	6.050
Total	2.208	2.208	62	25	174.438	169.426	101.398	71.317

14.1 - Modicidade tarifária - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

A controlada Bandeirante encontra-se em processo de fiscalização pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("ARSESP"), tendo sido lavrado Termo de Notificação em que o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade tarifária baixa renda. Em decorrência, está sendo procedida a devolução de tarifas cobradas a maior, e foi registrado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2009, um passivo no montante de R\$47.640, dos quais R\$24.836 foram devolvidos aos consumidores neste exercício e R\$4.679 serão devolvidos a partir de janeiro de 2010, aos consumidores reclassificados que continuam ativos no cadastro, ficando o saldo remanescente de R\$18.125, disponível aos consumidores inativos. Considerando-se que a legislação e regulamentação dessa matéria prevêem o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção, foi registrado em contrapartida, no ativo, o mesmo montante. O saldo em 31 de dezembro de 2009, da controlada Escelsa, no montante de R\$12.790, corresponde as estimativas do período de junho a dezembro de 2009.

14.2 - Cessão de Crédito - Tangará Energia S.A.

Refere-se ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia S.A. e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios nºs 467/2000-SFF/ANEEL e 1.706/2004-SFF/ANEEL, com as seguintes condições:

Prazo para pagamento: 120 meses

Carência: 18 meses

Término: 29 de fevereiro de 2016

Remuneração: 100% do CDI

Valor contrato: R\$18.199

Como garantia foi dada uma nota promissória, no valor do saldo devedor, com aval da DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A.

14.3 - Cessão de Crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A.

Refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia S.A. e a Caiuá Distribuição de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições:

Prazo para pagamento: 86 meses

Carência: 24 meses

Término: 29 de fevereiro de 2016

Remuneração: 100% do CDI mais 2% a.a. de juros

Valor contrato: R\$23.532

Como garantia foi dada uma nota promissória, no valor do saldo devedor, com aval da DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A.

15 - Investimentos**15.1 - Movimentação dos investimentos no exercício:**

	Controladora							% Participação direta			
	Saldos em 31/12/2008	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Ajuste Avaliação patrimonial	Incorporação	Outros movimentos	Saldos em 31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Investimentos											
Bandeirante	680.031			241.906	(285.811)				636.126	100,00	100,00
Escelsa	685.145			124.115	(71.054)				738.206	100,00	100,00
Investco (i)	42.559	4.275		4.930	(2.291)				49.473	4,53	4,57
EDP Lajeado (vi)	155.203			27.344	(15.114)		(167.433)		-	59,93	
Lajeado Energia	225.200			35.031	(49.363)		341.698	33.883	586.449	47,23	55,86
Tocantins Energia (vi)	76.865		(24.887)	5.423			(40.154)	(17.247)	-	50,88	
Enerpeixe	631.267			72.616	(13.775)				690.108	60,00	60,00
Energest	201.303			73.243	(10.642)				263.904	100,00	100,00
Enertrade	31.917			25.043	(25.043)				31.917	100,00	100,00
Ipueiras		1							1		100,00
Porto do Pecém	80.156	173.642		35.656		(31.764)			257.690	50,00	50,00
Denerge	37.500					1.586		(39.086)	-		
Deságio Escelsa	(2.388)								(2.388)		
Outros	320								320		
Total	2.845.078	177.918	(24.887)	645.307	(473.093)	(30.178)	134.111	(22.450)	3.251.806		

(i) A Investco passou de consolidada proporcional para consolidada integral a partir de setembro de 2008.

(ii) A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$2.382 (R\$1.942 em dezembro 2008).

(iii) A Enercouth possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$470 (R\$418 em dezembro 2008).

(iv) A Erenova possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$5.529 (R\$429 em dezembro 2008).

(v) A Terra Verde Bioenergia possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$1.406.

(vi) Empresas incorporadas pela Lajeado Energia em 30/11/2009.

	Consolidado							% Participação direta		
	Saldos em 31/12/2008	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Ajuste Avaliação Patrimonial	Incorporação	Outros movimentos	Saldos em 31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
EDP Energias do Brasil										
Denerge		37.500				1.586		(39.086)		-
Deságio Escelsa		(2.388)								(2.388)
Outros		320								320
Lajeado Energia										
Deságio Investco							(544)			(544)
Outros							204			204
EDP Lajeado										
Deságio Investco			(544)					544		-
Outros			281	902	(979)		(204)			-
Erenova										
EDP Renováveis				22.257	(1.742)					20.515
Outros Investimentos										
Enercouth		1.271								1.271
Bandeirante		681								681
Escelsa		4.982		(1.009)						3.973
Total	42.103	23.159	(1.988)	(1.742)	1.586	-	(39.086)	24.032		

15.1.1 - Incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins Energia pela Lajeado Energia, conforme nota 1.6.

15.1.2 - O saldo na rubrica "Outros movimentos", no valor de R\$39.086, refere-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico brasileiro. No âmbito dessa negociação, a Companhia terá a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos, ao preço de eventual oferta pública ou ao preço unitário de R\$5,68 se a oferta pública não ocorrer. O valor das ações da Denerge foram reclassificadas para o Ativo circulante na rubrica de Ativos disponíveis para venda.

15.2 - Participação direta dos investimentos

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Patrimônio líquido		Resultado acumulado	
	31/12/2009		31/12/2008		31/12/2009		31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante				
EDP Energias do Brasil												
Bandeirante	39.091.735		39.091.735									

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- b) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervententes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- d) liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervententes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- e) não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervententes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R\$5.000;
- g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização, societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;
- i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervententes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervententes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e
- j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

19.4 - Em 31 de dezembro de 2009, as controladas encontram-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

19.5 - Vencimento das parcelas do não circulante:

Ano	Valor
2011	202.654
2012	83.083
2013	83.083
2014	83.109
Total	451.929

19.6 - A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

Principal	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2008	219.944	657.320
Encargos e atualizações monetárias	75.467	
Amortizações	(288.286)	
Transferência para o circulante	203.646	(203.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	210.771	453.674
Custos de captação		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(1.440)	(3.140)
Amortizações	1.395	
Transferência para o circulante	(1.395)	1.395
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(1.440)	(1.745)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2009	209.331	451.929

20 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Custo da dívida	Controladora	
		31/12/2008	Circulante
		Encargos	Principal
Cédula de Crédito Bancário	132,00% do CDI	7.700	250.000
Total		7.700	250.000

Moeda estrangeira	Empresa	Custo da dívida	Consolidado							
			31/12/2009			31/12/2008				
			Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal		
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	bandeirante	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	154	11.287	14.120	531	27.054	34.100		
Amortização do custo da transação	bandeirante	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial		(1.438)	(1.678)		(1.438)	(3.116)		
Banco Santander Brasil S.A.	energest	4,81% + variação cambial				966	24.786			
BNDES	energest	UMBNDDES + 3,50% a.a.	2	292		5	471	393		
Banco Santander Brasil S.A.	cesa	4,81% + variação cambial				537	13.771			
BNDES	cesa	UMBNDDES + 4,50% a.a.	2	311	493	6	418	1.080		
BNDES	pantanal	UMBNDDES + 4,50% a.a.	3	281	445	5	378	976		
IDB	pecém		1.063		213.204					
Citibank	pecém					431	184.623			
			1.224	-	10.733	226.584	2.481	250.063	33.433	
Moeda nacional										
Eletróbrás	bandeirante	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a. (tx.adm.)		2.571	12.327		1.053	9.340		
Cédula de Crédito Bancário	bandeirante	105% do CDI	482	20.400	61.200	918	20.400	81.600		
Juros s/fundo reversão	bandeirante	5% a.a.	73			73				
BNDES FINAME	bandeirante	de 4% a 5% a.a. acima da TJLP	5	1.015		12	1.565	1.015		
BNDES - Banco do Brasil	bandeirante	3,3% a.a. acima da TJLP	106	5.936	20.778	135	5.929	26.683		
BNDES - Banco Santander	bandeirante	3,3% a.a. acima da TJLP	106	5.937	20.778	135	5.929	26.683		
BNDES - BB/CALC	bandeirante	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	170				86.364			
BNDES - BB/CALC	escelsa	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	199		103.790					
HSBC - Notas Promissórias	bandeirante	CDI + 1,3% a.a.	13.178	230.000						
(-) BNDES - BB/CALC - Amortização do custo da transação	escelsa			(29)	(183)					
Eletróbrás	escelsa	5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.)	110	11.242	96.112	13	10.428	90.300		
Cédula de Crédito Bancário	escelsa	105% do CDI	1.402	8.080	32.320	2.188		40.400		
BNDES	escelsa	4,8% a.a. acima da TJLP	21	3.280		19	4.368	3.281		
BNDES - Banco do Brasil	escelsa	3,3% a.a. acima da TJLP	99	5.545	19.407	121	5.538	24.922		
BNDES - Banco Santander	escelsa	3,3% a.a. acima da TJLP	99	5.545	19.407	121	5.538	24.922		
Cédula de Crédito Bancário	energest	106,6% do CDI	1.552		48.000	2.460		48.000		
BNDES	energest	3,50% a.a. acima da TJLP	30	3.294		50	4.388	3.292		
Santander - CDI	energest	123,50% do CDI	669	21.354						
BNDES	cesa	4,50% a.a. acima da TJLP	47	4.189	6.284	65	4.184	10.461		
Santander - CDI	cesa	123,50% do CDI	371	11.864						
BNDES	pantanal	4,50% a.a. acima da TJLP	42	3.788	5.681	59	3.783	9.457		
Eletróbrás	costa rica	5,00% + 1,50% a.a. (tx.adm.)		535	1.641	58	478	2.088		
BNDES	enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	1.528	56.454	286.971	1.776	56.386	343.013		
Banco Itaú	enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	466	17.220	87.536	542	17.199	104.630		
Bradesco	enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	388	14.350	72.947	452	14.333	87.192		
Unibanco	enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	311	11.480	58.357	361	11.466	69.754		
Banco do Brasil	enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	388	14.350	72.945	452	14.333	87.190		
BNDES	pecém									
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	1,90% a.a. acima da TJLP	634	4.032	62.380					
Banco da Amazônia	investco	11,5% a.a.	247	7.632	636	405	17.169	8.268		
BNDES	investco	4,00% a.a. acima da TJLP	575	46.745	98.175	83	42.443	144.745		
Leasing - Safra S.A.	investco	CDI + 1,45% a.a.		69	17		68	87		
Citibank	pecém					988	96.000			
Cédula de Crédito Bancário	energias	132,00% do CDI				7.700	250.000			
			23.298	1.329	516.878	1.620.679	19.186	592.978	1.247.323	
Resultado dos Swaps										
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	bandeirante	de 97,94% a 118,94% do CDI		10.610	10.994		12.688	11.196		
JP Morgan	bandeirante	de 59,80% a 71,60% do CDI					955			
Citibank	bandeirante	79,94% do CDI					400			
Banco Santander Brasil S.A.	energest	111,90% do CDI					(5.764)			
Banco Santander Brasil S.A.	cesa	111,90% do CDI					(3.202)			
Citibank	pecém			8.383	44.703			63.056		
Pactual	pecém			1.536	116					
			-	-	20.529	55.813	-	5.077	74.252	
Total			24.522	1.329	548.140	1.903.076	21.667	848.118	1.355.008	

20.1 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energias do Brasil

Cédula de Crédito - Contrato firmado em outubro de 2008, no valor de R\$250.000, junto ao Banco Bradesco S.A. Sobre o valor do empréstimo incidiam juros à taxa de 132% do CDI, capitalizados diariamente e pagáveis trimestralmente entre janeiro e dezembro de 2009, principal vencível em uma única parcela em dezembro de 2009. Esta operação estabelece como garantia o penhor de 13.110.225 ações de sua emissão. A operação foi liquidada em dezembro de 2009.

20.2 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Bandeirante

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 05 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

- (i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e
- (ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 109,50% a 109,7% do CDI e 104,69% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

Notas Promissórias

Em 07 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Bandeirante aprovou a contratação de linha de financiamento de curto prazo, materializada pela emissão de Nota Promissória.

As notas promissórias foram emitidas de forma cartular e ficarão depositadas no Banco Bradesco S.A. A remuneração corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI), de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, capitalizada de um spread correspondente a 1,30% ao ano. A remuneração acrescida do valor de principal será liquidada em 30 de maio de 2010 em uma única parcela. O valor de cada Nota corresponde a R\$ 1.000 e foram emitidas 230 notas totalizando o montante de R\$ 230.000.

Eletróbrás**(i) Programa Reluz**

- a) Contrato firmado em 9 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$391, em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 28 de fevereiro a taxa de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- c) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$295 em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- d) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$1.004 em 17 de fevereiro de 2009. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- e) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$3.203 em 17 de fevereiro de 2009. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- f) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$2.154 em 17 de fevereiro de 2009. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Programa Luz para Todos

- a) Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523, a título de financiamento e R\$1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento e R\$1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incidem uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b) Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359. Recursos liberados no montante de R\$3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de setembro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incidem uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES Banco do Brasil/CALC - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), no montante de R\$153.283, com a finalidade de implantação do programa de investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Bandeirante de R\$ 86,4 milhões ocorreu em 23 de dezembro de 2009 sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP, vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R\$40.400, sendo R\$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$20.200 junto ao Banco Santander Banespa. Sobre o valor do empréstimo incidem juros a razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* na relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas instituições financeiras.

- Eletrobrás**
- (i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Contrato ECFS 031/04 - Linha de crédito no valor de R\$30.968, a título de financiamento (RGR) R\$4.764, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$4.764 subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$11.520, em 2005, R\$10.611, em 2006, R\$4.788, em 2008 R\$3.264 totalizando R\$30.183. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.
 - (ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Contrato ECFS 106/05 - Linha de crédito no valor de R\$50.304, a título de financiamento (RGR), R\$7.739, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$7.739 subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$20.613, 2007 R\$ 26.218 e 2008 R\$415. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.
 - (iii) Programa Luz para Todos - 3ª etapa - Contrato ECFS 181/07 - Linha de crédito no valor de R\$75.764, a título de financiamento e R\$10.102, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que em 2008 foram liberados recursos no montante de R\$42.933. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.
 - (iv) Programa Luz para Todos - 4ª etapa - Contrato ECFS 258/09 - Linha de crédito no valor de R\$56.737, a título de financiamento e R\$7.565, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 28 de agosto de 2009, sendo que em 2009 foram liberados recursos no montante de R\$19.291. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2010. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2012 até 30 de dezembro de 2021 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.
 - (v) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Biraçu, Aracruz, João Neiva, Alfredo Chaves e Santa Maria de Jetibá, no valor contratado de R\$17.969, sendo que foram liberados recursos no montante de R\$14.528. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Vencimento da primeira parcela em 30 de julho de 2002 e a última em 30 de novembro de 2013. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

20.4 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enerpeixe
 O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$670.000, aprovado nos termos da decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$335.000 diretamente e R\$335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Subcrédito	Parcela direta			Parcela indireta			Total da parcela	
	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	indireta	Total	
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368	
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340	
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630	
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662	
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000	670.000	

- As principais condições do financiamento são:
- (i) Amortização:
 - a) Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008, já liquidados;
 - b) Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.
 - (ii) Encargos:
 - a) Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal;
 - b) Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal; e
 - c) Os *spreads* acima mencionados poderão ser de 6% a.a. a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal, o que poderá ocorrer a partir de janeiro de 2008 somente por solicitação da Enerpeixe e da Companhia. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% a.a., caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.
- O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medições semestrais em junho e dezembro.

- (iii) Garantias e obrigações:
 - a) Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
 - b) Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angular às Companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. - CEMAT;
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
 - c) Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e
 - d) Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal, regida pelas leis portuguesas.
- Em 31 de dezembro de 2009, as cláusulas restritivas desses contratos encontram-se em pleno atendimento.

- 20.5 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Investco BNDES**
- (i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com intervenção dos Acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos.
 - (ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com intervenção dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

- Banco da Amazônia - BASA**
- (i) Contrato de financiamento celebrado em 30 de setembro de 1999, amortizado mensalmente em 72 parcelas, entre 10 de novembro de 2003 e 10 de outubro de 2009, no montante total de R\$50.000, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente, sendo no período de carência exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados máquinas e equipamentos em alienação fiduciária e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937. Esse financiamento foi liquidado em 10 de outubro de 2009.
 - (ii) Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados alienação fiduciária de equipamentos da Usina e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.

Estes contratos não possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

Safra Leasing
 Safra Leasing S.A. - Em 10 de março de 2008, foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variação do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011, o bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

20.6 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Castelo Energética S.A. - CESA e Pantanal Energética Ltda.
BNDES - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$39.280, em 2004, R\$17.565 e em 2007 R\$5.635. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 4,5% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCH's; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest S.A. na Sociedade. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da CESA para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Res. 2770 - Contrato de repasse de operação de crédito em moeda estrangeira nº 231010028 firmado em 14 de março de 2008, pela CESA, junto ao Banco Santander S.A. no valor de US\$5.892, equivalente a R\$10.000, pelo prazo de 335 dias com vencimento final em 12 de fevereiro de 2009, a taxa de 4,81% a.a. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória em moeda estrangeira. Operação liquidada em fevereiro de 2009. Para este empréstimo foi realizada operação de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco Santander S.A., em 14 de março de 2008, para troca de encargos originais do financiamento junto ao mesmo banco pela remuneração de 111,90% do CDI. Operação liquidada em fevereiro de 2009.

Repasse de Recursos Captados em Reais no Exterior - contrato junto ao Banco Santander S.A., nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela CESA no valor de R\$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, a taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP Energias do Brasil S.A. como Interventora Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original.

20.7 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest
BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$24.102. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece *covenant* na relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

Res. 2770 - Contrato de repasse de operação de crédito em moeda estrangeira nº 231010058 firmado em 14 de março de 2008, junto ao Banco Santander S.A. no valor de US\$10.606, equivalente a R\$18.000, pelo prazo de 335 dias com vencimento final em 12 de fevereiro de 2009, a taxa de 4,81% a.a. A amortização e os juros foram pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória em moeda estrangeira. Operação liquidada em fevereiro de 2009.

Para este empréstimo foi realizada operação de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco Santander S.A., em 14 de março de 2008, para troca de encargos originais do financiamento junto ao mesmo banco pela remuneração de 111,90% do CDI. Operação liquidada em fevereiro de 2009.

Repasse de Recursos Captados em Reais no Exterior - contrato junto ao Banco Santander S.A., nº 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela Energest S.A. no valor de R\$21.355, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP Energias do Brasil S.A. como Interventora Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original.

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R\$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros a razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 a 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* na relação dívida líquida/EBITDA em índice não superior a 3,5.

20.8 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica
Eletrobrás-Financiamento ECF-1.568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 04 de novembro de 1997, no valor de R\$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para a Costa Rica Energética, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

20.9 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida de Santa Fé Energia S.A.
BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R\$64.000. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de ações da beneficiária em 100% a favor do Agente Financeiro. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento.

20.10 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da controlada em conjunto Porto do Pecém
Capital de Giro - Contrato de financiamento "ponte" para o Projeto de Pecém, firmado em 31 de janeiro de 2008 junto a um sindicato de bancos cujo coordenador é o Banco Citibank em moeda nacional, no montante de R\$192.000, com vencimento em 30 de abril de 2009, com incidência de juros de CDI mais 0,75% a.a. capitalizados diariamente e pagos mensalmente, principal com liquidação em única parcela em 30 de abril de 2009. Em 31 de janeiro de 2008 e 08 de abril de 2008 foram sacados os montantes de R\$24.000 e R\$168.000, respectivamente. Garantia Aval dos acionistas, cada um responsável por 50% do valor total. Esta Operação em 30 de abril, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 29 de julho de 2009, bem como sua remuneração alterada para taxa CDI acrescida de 3,00% a.a., mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. No dia 30 de setembro de 2009 houve novo aditamento ao contrato prorrogando a data de vencimento da operação para 30 de novembro de 2009 e mantendo inalteradas as taxas de remuneração e demais disposições do contrato. Operação quitada em 20 de outubro de 2009.

Capital de Giro - Contrato de financiamento "ponte" para o Projeto de Pecém firmado em 26 de fevereiro de 2008 junto a um sindicato de bancos cujo banco coordenador é o Banco Citibank em moeda estrangeira, no montante de US\$158 milhões com vencimento em 30 de abril de 2009, com incidência de juros de LIBOR MENSAL mais 0,75% a.a. e pagos mensalmente, principal com liquidação em única parcela em 30 de abril de 2009. Em 04 de março de 2008 e 08 de abril de 2008 foram sacados os montantes de R\$219.682 e R\$31.838, respectivamente. Garantia Aval dos acionistas, cada um responsável por 50% do valor total. Esta Operação em 30 de abril de 2009, por meio de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 29 de julho de 2009, bem como sua remuneração alterada para LIBOR MENSAL acrescida de 3,00% a.a., mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. No dia 30 de setembro de 2009 houve novo aditamento ao contrato prorrogando a data de vencimento da operação para 30 de novembro de 2009 e mantendo inalteradas as taxas de remuneração e demais disposições do contrato. Operação quitada em 30 de outubro de 2009.

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009 e 1ª liberação ocorrida em 14 de outubro de 2009 no valor de R\$700 milhões do financiamento de longo prazo. O montante liberado permitiu a quitação dos empréstimos-ponte em reais e ainda cobrirá os desembolsos previstos na implantação do empreendimento. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um empréstimo no valor de R\$ 1,4 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP + 2,77% a.a. Durante a fase de construção os juros serão capitalizados.

BID - Contrato firmado em março de 2009 e 1ª liberação ocorrida em 30 de outubro de 2009 no valor de US\$260 milhões do financiamento de longo prazo. O montante total desembolsado consiste em US\$117 milhões do empréstimo direto ("A Loan") e em US\$143 milhões do empréstimo indireto ("B Loan"). O contrato de financiamento com o BID prevê um A Loan no montante total de US\$147 milhões, e B Loan no montante total de US\$180 milhões, com prazo total de 17 anos no A Loan e 13 anos no B Loan, com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. As taxas iniciais do A Loan e B Loan são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com step ups ao longo do período. O referido empréstimo de longo prazo em US\$, por sua vez, já foi objeto de contratação tanto de hedge cambial quanto de swap de taxa de juros (de Libor para taxa fixa). O consórcio de B-lenders é composto pelos bancos Millenium BCP, Caixa Geral de Depósitos e Calyon.

Resultado dos swaps
 Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (Non Deliverable Forwards), firmado em 17 de outubro de 2007, no valor total de US\$406,736,000, com vencimentos entre janeiro de 2009 e outubro de 2012, com a paridade inicial contratada de R\$/US\$1,8138.

Operação de proteção junto aos Bancos Citibank e BTG Pactual de NDF (Non Deliverable Forwards), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de EUR 26.059.929,27, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de EUR/US\$1,4040.

Operação de proteção junto aos Bancos HSBC e BTG Pactual de NDF (Non Deliverable Forwards), firmado em 01 de julho de 2009, no valor total de EUR 10.134.416,94, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de EUR/R\$2,7300.

Operação de proteção junto aos Bancos Citibank e BTG Pactual de NDF (Non Deliverable Forwards), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de US\$ 106,592,330,70, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de US\$/R\$1,9678.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$140,521,000, com início em 02 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2024, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,82% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$186,479,000, com início em 02 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2021, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,79% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, para a cobertura dos juros capitalizados durante a construção da usina de Pecém referentes ao financiamento junto ao BID, contratado em 02 de julho de 2009, no valor de US\$280,815,287, com início em 16 de novembro de 2009 e vencimento final em 16 de novembro de 2011, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do dólar acrescida de 2,085% a.a. e o Banco paga na ponta ativa 100% de LIBOR.

20.11 - Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Consolidado		
	Tipo de moeda		Total
	Nacional	Estrangeira	
Circulante			
2010	550.094	22.568	572.662
	550.094	22.568	572.662
Não circulante			
2011	275.549	20.096	295.645
2012	316.949	10.185	327.134
2013	252.198	12.262	264.460
2014	219.145	13.350	232.495
2015	193.458	14.555	208.013
2016	82.421	15.642	98.063
2017	51.836	16.964	68.800
2018	37.957	18.478	56.435
Após 2018	237.314	116.046	353.360
	1.666.827	237.578	1.904.405
	2.216.921	260.146	2.477.067

21 - Benefícios pós-emprego

	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Bandeirante				
BSPS - Reservas a amortizar	14.121	21.003	67.366	63.678
Programas assistenciais	6.890	6.033		
Escelsa				
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			3.373	3.899
Assistência médica e seguro de vida	6.170	3.835	33.278	40.525
	27.181	30.871	104.017	108.102

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON.

Para atendimento a essa exigência, as controladas que concedem benefícios pós-emprego, quais sejam Bandeirante, Escelsa e Energest, contrataram atuariários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2009		2008	
	entre 11,20% e 11,25% a.a.	entre 10,75% e 11,49% a.a.	entre 11% e 12,45% a.a.	entre 11% e 12,45% a.a.
Taxa de desconto				10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos				entre 11% e 12,45% a.a.
Crescimento salarial futuro		5,55% a.a.		5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios		4,5% a.a.		4,5% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2008, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018		10% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2009 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício Definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, e das perdas atuariais não reconhecidas, apresenta-se deficitário conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(430.120)	(422.199)
Valor justo dos ativos	354.080	312.153
	(76.040)	(110.046)
Valor das perdas atuariais não reconhecidas	(5.447)	25.365
Total Déficit	(81.487)	(84.681)

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do Plano:

	2009	2008
Participantes ativos	893	948
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	131	149
Aposentados e pensionistas	531	487
	662	636
Total	1.555	1.584

Na qualidade de patrocinadora, a Bandeirante contribuiu no exercício com R\$19.350 (R\$16.648 em 2008), visando o saldamento de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano saldado (BSFS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2010, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	1.064
Custos dos juros	47.185
Rendimentos esperados dos ativos	(40.638)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.728)
Total	4.883

21.2 - Escelsa

A controlada Escelsa possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- (i) Patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões;
- (ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

21.2.1 - Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

A controlada Escelsa é patrocinadora da EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ("ESCELSOS"), entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da controlada Escelsa, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2009 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(132.625)	(120.453)
Valor justo dos ativos	200.084	187.553
	67.459	67.100
Valor das perdas atuariais não reconhecidas	22.124	16.109
Superávit	89.583	83.209

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a controlada Escelsa. A Administração da controlada Escelsa não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Escelsa contribuiu com R\$3.030 (R\$2.966 em 2008).

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do plano:

	Plano I	Plano II	31/12/2009	31/12/2008
Participantes ativos	3	879	882	1.076
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		10	10	
Aposentados e pensionistas	730	204	934	907
	730	214	944	907
Total	733	1.093	1.826	1.983

21.2.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 21.2.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da controlada Escelsa;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2009, demonstrou que nos planos de Assistência Médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$42.821, registrado no Passivo circulante e Não circulante composto como segue:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações atuariais		
Totalmente descobertas	(75.040)	(57.410)
Não reconhecidas	32.219	9.151
Total	(42.821)	(48.259)
Circulante	6.170	3.835
Não Circulante	36.651	44.424

21.3 - Energest

A controlada Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ("ESCELSOS") e pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da controlada Energest, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2009 demonstrou que o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(622)	(241)
Valor justo dos ativos	1.120	369
	498	128
Valor das perdas atuariais não reconhecidas	103	99
Superávit	601	227

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da controlada Energest não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Energest contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Energest contribuiu com R\$264 (R\$231 em 2008).

21.4 - EnerPrev - Planos de pensão do tipo Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi criada no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano próprio e um privado através do Bradesco Vida e Previdência S.A. de benefícios do tipo Contribuição Definida com 171 participantes, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as Patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras destes tipos de planos, as Companhias do Grupo Energias do Brasil contribuíram no exercício o montante de R\$775 (R\$302 em 2008).

22 - Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Folha de pagamento	3.942	3.902	44.990	41.546
INSS e FGTS	302	316	6.221	6.016
Total	4.244	4.218	51.211	47.562

A rubrica Folha de pagamento estão contempladas, basicamente, as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2009.

23 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.929	2.717		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	4.114	20.891		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	16.443	13.989		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	5.820	5.111		
Encargos tarifários (ECE/EAEFE)	31.952	33.226		
Pesquisa e desenvolvimento	40.488	44.547	11.511	2.847
Programa de eficiência energética	52.879	34.891	3.428	
Uso de Bem Público - UBP - Direito de outorga	1.456	1.437		
Taxa de fiscalização - ANEEL	801	863		
Total	156.882	157.672	14.939	2.847

23.1 - Pesquisa e desenvolvimento ("P&D") e Programa de eficiência energética ("PEE")

Os gastos com P&D e PEE efetuados pelas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL n°s 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008 respectivamente. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente por competência o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

As controladas registraram o montante de R\$44.423 em 2009 (R\$44.305 em 2008), sendo a título de principal R\$39.455 em 2009 (R\$37.637 em 2008), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R\$4.968 (R\$6.668 em 2008) de atualização monetária, registrado no Resultado Financeiro.

23.2 - Uso de Bem Público - UBP - Direitos de Outorga

As controladas Enerpeixe e Investco, como retribuição pela outorga a elas concedida para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, gerarão à União ao longo do prazo de vigência dos contratos de concessões e enquanto estiverem os explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessões, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco.

A obrigação é reconhecida mensalmente, tendo como contrapartidas as rubricas Outras despesas operacionais e Despesas financeiras.

Os compromissos contratuais são como segue:

	Consolidado			
	Valor nominal		Valor presente	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
UHE Lajeado	69.434	65.504	38.080	35.120
UHE Peixe Angical	365.411	384.056	183.987	189.226
Total	434.845	449.560	222.067	224.346

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto de 10% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto e projeção do IGP-M.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2009, estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente
2010	19.171	16.640
2011	16.525	13.419
2012	16.525	14.067
2013	16.525	13.304
Após 2013	366.099	164.637
	434.845	222.067

No exercício, a Investco e Enerpeixe pagaram ao Poder Concedente o montante de R\$3.854 e R\$13.782, respectivamente, sendo R\$8.151 de principal e R\$9.485 de atualização monetária, registrados no resultado do exercício.

24 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - Circulante e Não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As Administrações da Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Ativo		
	Passivo		Ativo		Depósito judicial (Nota 12)		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2008	Adições	Reclassificação REFIIS (*)	Saldo em 31/12/2009	31/12/2009	31/12/2008
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª					486	
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	64.396	4.141	(66.288)	2.249	4.724	2.944
Outros			22.220		22.220	2.080	2.080
Total		64.396	26.361	(66.288)	24.469	7.290	5.024
Circulante						2.168	2.080
Não circulante		64.396			24.469	5.122	2.944
Total		64.396			24.469	7.290	5.024

	Consolidado				Ativo			
	Passivo		Ativo		Depósito Judicial (Nota 12)			
	Instâncias	Saldo em 31/12/2008	Adições	Reclassificação REFIIS (*)	Saldo em 31/12/2009	31/12/2009	31/12/2008	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	42.982	24.090	(13.691)	(6.875)	46.506	7.688	13.386
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	61.052	13.195	(2.470)	(6.870)	64.907	10.441	7.699
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	164.516	55.313	(38.394)	(170.542)	10.893	5.227	38.695
Outros			22.220			22.220	8.836	8.095
Total		268.550	114.818	(16.161)	(52.139)	144.526	32.192	67.875
Circulante		5.255				7.627		
Não circulante		263.295				136.899		
Total		268.550				144.526		

(*) Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória 470/09

A Companhia e suas controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e Enertrade optaram pela adesão ao Programa de parcelamento de impostos instituído pela Lei nº 11.941/09, fato que proporcionou a redução de passivos contingentes de natureza tributária (Nota 9.4).

24.1 - Trabalhistas**24.1.1 - Bandeirante**

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eleticidade de São Paulo S.A.. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$18.718 (R\$13.393 em 2008).

24.1.2 - Escelsa, Energest, CESA, Investco e Escelsapar

Diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$27.788 (R\$29.589 em 2008).

24.2 - Cíveis**24.2.1 - Bandeirante**

Refere-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 52.531 (R\$41.450 em 2008). Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais.

24.2.2 - Enertrade

Ação ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$3.589 (R\$3.589 em 2008).

24.3 - Outros

Refere-se principalmente aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul em ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul era exercido pela Companhia.

24.4 - Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Consolidado				Ativo	
	Passivo		Ativo		Depósito Judicial (Nota 12)	
	Instâncias	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2008
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	47.698	46.320		5.008	8.880
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	104.631	101.731		136	58
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	100.127	107.230		17.645	39.777
Total		252.456	255.281		22.789	48.715

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

24.4.1 - Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela empresa no período de julho de 2003 a dezembro de 2008, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$58.170 e multa sobre escrituração indevida de notas fiscais de aquisição de combustíveis no montante de R\$198. A controlada Bandeirante apresentou defesa e aguard

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme a Instrução CVM nº 10/80, alterada pela Instrução CVM nº 268/97, a quantidade de ações em circulação em 15 de abril de 2008, data de encerramento do Programa, era de 62.114.489 ações ordinárias, ou seja, foram deduzidas do total de ações emitidas pela Companhia tão somente aquelas detidas pelo acionista controlador.

Em alinhamento ao conceito de Ações em Circulação definido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa, a quantidade de ações em circulação em 15 de abril de 2008 era de 55.903.053 ações ordinárias, tendo sido deduzido, do total de ações emitidas pela Companhia, aquelas detidas pelo acionista controlador, administradores e aquelas em tesouraria.

(4) O Conselho de Administração aprovou, em 03 de outubro de 2008, por um período de 365 dias, a compra de 5.590.306 ações da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social, tendo adquirido até 31 de março de 2009 o total de 2.670.000 ações, pelo custo total de R\$60.164.

(5) Pelo exercício do direito de recasso de acionistas da Companhia, encerrado em 13 de outubro de 2008, exercido o respectivo direito, a Companhia adquiriu 13.110.225 ações, correspondente ao montante de R\$312.286, cuja liquidação financeira ocorreu em 27 de outubro de 2008, mantidas em tesouraria até esta data. A Companhia, em 16 de outubro de 2009, apresentou à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), pedido de análise prévia do registro de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria ("Oferta"). Tal pedido se valeu do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 e no Código de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas da ANBID.

A Oferta realizada em mercado de balcão não organizado, no Brasil, submetida a aprovação da CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, incluindo esforços de colocação de Ações nos Estados Unidos da América exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América e alterações posteriores ("*Securities Act*"), e junto a investidores residentes em países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, nos termos do Regulamento S do *Securities Act*, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento previstos na Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e na Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alteradas posteriormente, de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro.

O preço de aquisição das Ações foi fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("*bookbuilding*"), em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1 e 44 da Instrução CVM nº 400, tendo como parâmetro: (i) a cotação das Ações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletada durante o procedimento de *bookbuilding*. O efetivo valor da Oferta foi fixado de acordo com as condições de mercado à época da precificação.

A realização da Oferta foi efetuada nos mercados de capitais nacional e internacional. Foi publicado aviso ao mercado nos termos do disposto no Artigo 53 da Instrução CVM nº 400, contendo informações sobre: (i) as demais características da Oferta; (ii) os locais para obtenção do prospecto preliminar; (iii) as datas estimadas e locais de divulgação da Oferta; e (iv) as condições, o procedimento, o período de reservas e o período para coleta de intenções de investimento.

A Oferta teve início após a autorização do registro concedido pela CVM em 03 de novembro de 2009.

Em 02 de dezembro de 2009, a Companhia comunicou ao mercado o encerramento do processo de distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria ("Ações"), que foram alienadas por meio de uma oferta de 15.500.000 (quinze milhões e quinhentos mil), ao preço de R\$28,50 (vinte e oito reais e cinquenta centavos) por Ação, perfazendo o total de R\$441.750. A alienação gerou um ágio de R\$75.914 deduzidos do valor de R\$14.606 referentes aos custos decorrentes da operação.

Por serem em número considerável, não se torna exequível a identificação da instância em que cada uma se encontra.

Descrição	Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo unitário das ações em Reais			Valor de mercado das ações em 31/12/2009 (*)
			Mínimo	Máximo	Médio	
2º programa	2.670.000	60.164	21,16	22,95	22,53	89.579
Direito de recasso	13.110.225	312.286	23,82	23,82	23,82	439.848
Alienação de ações	(15.500.000)	(365.836)			23,60	(520.025)
	280.225	6.614				9.402

(*) Cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2009, no valor unitário de R\$33,55 por ação.

As ações em tesouraria não tem direitos patrimoniais.

(6) Há 55.622.864 ações em circulação do total de 158.805.204, ou seja, cerca de 35,02% do total de ações.

Há 17 ações em poder do Conselho de Administração.

Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13 de julho de 2005 o Conselho Fiscal não foi constituído.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2009		31/12/2008	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	102.902.115		102.902.115	64,80
Quantidade de ações participação recíproca				
Quantidade de ações tesouraria	280.225	0,18	15.780.225	9,94
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	17		27	
Total de ações que não estão em circulação	103.182.357		118.682.367	
Total de ações	158.805.204		158.805.204	
Total de ações em circulação	55.622.847	35,02	40.122.837	25,26

25.2 - Destinação do lucro

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberação pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de março de 2008, estabelece o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Aos dividendos a serem distribuídos, poderá ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2009	31/12/2008
Lucro líquido apurado no exercício	623.827	388.329
Ajuste de exercícios anteriores - Lei nº 11.638/07		(18.066)
Lucro líquido ajustado	623.827	370.263
Constituição da reserva legal - 5%	(31.192)	(18.513)
	592.635	351.750

Destinação do lucro:

	31/12/2009	31/12/2008
Dividendos	296.317	237.271
Dividendos intermediários - JCP		103.061
Dividendos complementares	296.317	134.210
Constituição da reserva de retenção de lucros	296.318	114.479
Quantidade de ações	158.524.979	143.024.979
Dividendos por ação - JCP - R\$		0,720580
Dividendos por ação - complementar - R\$	1,869219	0,938365

25.3 - Reservas

	31/12/2009	31/12/2008
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	96.656	35.348
Total	96.656	35.348
Reservas de lucros		
Legal	111.951	80.759
Retenção de lucros	908.858	612.540
Total	1.020.809	693.299

25.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

26 - Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Bandeirante	223.797	184.255		
Esceisa	111.796	106.644		
Energest	39.814	92.748		
Enertrade	24.751	35.514		
EDP Lajeado		12.402		
Enerpeixe	12.012	13.175		
Investco	1.958	4.317	13.649	26.876
Lajeado	45.189	27.498		
Acionistas - EDP Energias		297.629	223.451	297.629
Eletrobrás			71.036	53.518
Silea Participações Ltda.				490
Governo de Tocantins			1.566	
Furnas Centrais Elétricas S.A.			8.008	8.783
Total	459.317	476.553	297.629	223.451
			391.888	313.118

27 - Receita operacional líquida

	Consolidado					
	Período de 12 meses findo em					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		RS	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	2.282.266	2.209.541	4.704.227	4.402.484	1.906.291	1.940.235
Industrial	20.876	20.098	3.906.217	4.156.413	1.226.847	1.319.111
Comércio, serviços e outras atividades	191.440	186.957	2.781.321	2.642.237	1.049.630	1.132.559
Rural	150.226	145.677	609.038	625.410	126.068	175.985
Poder público	18.461	16.508	499.958	471.473	186.798	218.489
Iluminação pública	2.145	1.780	513.244	521.436	110.640	131.348
Serviço público	2.197	2.011	412.245	406.119	111.607	120.880
Consumo próprio	253	222	13.695	12.765		
Total do fornecimento faturado	2.667.864	2.582.794	13.439.945	13.238.337	4.717.881	5.038.607

(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)

Residencial					129	
Industrial					369	
Comércio, serviços e outras atividades					214	
Rural					18	
Poder público					4	
Iluminação pública					6	
Serviço público					30	
Consumo próprio					1.160	
					1.930	

(-) ICMS

Residencial					(430.096)	(416.914)
Industrial					(241.566)	(260.814)
Comércio, serviços e outras atividades					(218.438)	(229.433)
Rural					(8.582)	(14.280)
Poder público					(27.298)	(32.960)
Iluminação pública					(23.091)	(26.200)
Serviço público					(24.006)	(25.111)
					(973.077)	(1.005.710)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					3.744.804	4.034.826

Fornecimento não faturado

Diferimento e amortização da devolução tarifária						
Fornecimento faturado clientes livres					417.581	448.357
(-) ICMS s/fornecimento faturado clientes livres					(57.831)	(88.949)
Devolução tarifária					(37.186)	(40.053)
PIS e COFINS das geradoras					7.569	
Outras receitas regulatórias					(39.253)	(20.403)
Modicidade tarifária - baixa renda					20.137	51.154
Recomposição tarifária						
Suprimento de energia elétrica	3	1	8.226.811	6.751.771	561.476	286.478
Suprimento comercialização					364.504	275.954
Suprimento outros						
ECE e EAESEE					(14)	(40)

	Consolidado					
	Período de 12 meses findo em					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		RS	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
(-) ICMS s/ECE e EAESEE						(5)
					5.030.470	4.975.092
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(2.580.193)	(2.890.930)
(-) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					536.545	558.200
Total fornecimento de energia elétrica					2.986.822	2.642.362
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	107	105	7.423.297	8.563.206	750.847	661.506
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(191.478)	(134.946)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					2.580.193	2.890.930
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(536.545)	(558.200)
Encargos de conexão						1.054
					2.603.017	2.860.344
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					37.841	120.289
Serviços taxados e outros					145.567	100.408
Total outras receitas operacionais					183.408	220.697
					5.773.247	5.723.403
(-) Deduções da receita						
PEE e P&D					(42.653)	(47.107)
CCC					(184.712)	(163.848)
CDE					(178.802)	(196.213)
RGR					(42.186)	(40.082)
PIS/COFINS					(673.702)	(664.676)
ICMS					(2.332)	
ECE e EAESEE - repasse para CBEE						4
ISS					(512)	(989)
					(1.124.899)	(1.112.911)
Total	2.667.974	2.582.900	29.090.053	28.553.314	4.648.348	4.610.492

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

28 - Gastos operacionais

	Controladora			
	Período de 12 meses findo em			
	31/12/2009		31/12/2008	
	Despesas operacionais			
	Gerais e			
	administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis de previdência privada	21.283		21.283	16.160
Material	617		617	483
Serviços de terceiros	28.667		28.667	29.333
Depreciação e amortização	21.770		21.770	148.449
Provisões para contingências		22.220	22.220	
Aluguéis e arrendamentos	2.779		2.779	2.434
Outras	12.026		12.026	7.344
	87.142	22.220	109.362	204.203
Total	87.142	22.220	109.362	204.203

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CONSOLIDADO

Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional USD/EUR		Nocional R\$/USD		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
						31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Swap													
Ativo	Energest S/A	Banco Santander S/A	14-mar-08	12-fev-09	USD + 4,81% a.a.		10.606		25.754		25.825	(411)	7.825
Passivo					111,90% do CDI						20.062	368	2.062
											5.763	(779)	5.763
Ativo	Castelo Energética S/A	Banco Santander S/A	14-mar-08	12-fev-09	USD + 4,81% a.a.		5.892		14.308		14.348	(249)	4.348
Passivo					111,90% do CDI						11.146	184	1.146
											3.202	(433)	3.202
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	19-mar-04	13-fev-09	Libor + 4,00 % aa		2.038		7.221		4.829	(60)	2.061
Passivo					97,94% do CDI						7.219	139	2.393
											(2.390)	(199)	(332)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	19-mar-04	14-fev-12	Libor + 4,375 % aa	5.837	8.429	10.163	30.052	10.529	19.756	(3.594)	4.768
Passivo					104,69% do CDI					21.151	30.245	1.973	4.085
										(10.622)	(10.489)	(5.567)	683
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	14-dez-04	13-fev-09	Libor + 4,00 % aa		764		2.466		1.811	(22)	163
Passivo					118,94% do CDI						2.473	49	(448)
											(662)	(71)	285
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	14-dez-04	14-fev-12	Libor + 4,375 % aa	2.189	3.161	3.811	10.148	3.950	7.433	(1.347)	2.755
Passivo					118,94% do CDI					7.200	10.426	993	2.645
										(3.250)	(2.993)	(2.340)	110
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	5-abr-06	13-fev-09	Libor + 4,00 % aa		1.273		4.251		3.012	(37)	1.339
Passivo					106,30% do CDI						4.256	77	1.395
											(1.244)	(114)	(56)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	5-abr-06	14-fev-12	Libor + 4,375 % aa	3.648	5.268	6.352	16.124	6.621	12.581	(2.246)	3.192
Passivo					109,70% do CDI					11.483	16.393	1.160	2.122
										(4.862)	(3.812)	(3.406)	1.070
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	5-abr-06	14-fev-12	Libor + 4,375 % aa	2.918	4.125	5.081	11.528	5.297	10.065	(1.797)	2.554
Passivo					109,50% do CDI					8.169	11.715	765	1.522
										(2.872)	(1.650)	(2.562)	1.032
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	5-abr-06	13-fev-09	Libor + 4,00 % aa		1.019		3.057		2.411	(30)	1.072
Passivo					98,00% do CDI						3.056	58	1.009
											(645)	(88)	63
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	28-jul-04	2-jan-09	USD		293		1.386		684		190
Passivo					71,60% do CDI						1.386	1	18
											(702)	(1)	172
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	11-jul-05	2-jan-09	EURO		212		945		691		341
Passivo					59,80% do CDI						945	4	644
											(254)	(4)	(303)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	11-fev-05	28-jan-09	USD		245		971		571	(6)	157
Passivo					79,94% do CDI						969	8	108
											(398)	(14)	49
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	2-abr-12	1-out-21	Var. USD + Libor	93.240	93.240	162.349	(430.740)	157.482	236.868		
Passivo					Var. USD + 5,79% a.a.					165.934	205.174	22.523	
										(8.452)	31.694	(22.523)	
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	2-abr-12	1-out-24	Var. USD + Libor	70.261	73.851	122.338	367.684	118.806	193.873		
Passivo					Var. USD + 5,82% a.a.					125.944	162.510	19.021	
										(7.138)	31.363	(19.021)	
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	16-nov-09	16-nov-11	100% Libor	140.408		244.478		7.692			
Passivo					100% USD + 2,0895% a.a.					11.404		9.892	
										(3.712)		(9.892)	
NDF													
Comprada	Porto do Pecém (i)	Banco Citibank	17-out-07	16-nov-11	USD	195.505	68.179	340.413	68.179	305.062	394.496	4.104	
Vendida					R\$					338.345	326.317	11.356	
										(33.283)	68.179	(7.252)	
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	30-jun-09	16-jan-12	EUR	10.959		27.478				24.576	
Vendida					R\$							11.973	
												12.603	
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30-jun-09	16-jan-12	EUR	17.726		44.445				39.752	
Vendida					R\$							19.367	
												20.385	
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30-jun-09	16-jan-12	EUR	13.164		33.006				29.521	
Vendida					R\$							14.383	
												15.138	

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos foi elaborada com base em modelos de fluxos futuros descontados a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos períodos, bem como comparações com parâmetros médios de mercado das operações através das curvas de juros da BM&F Bovespa, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F Bovespa.

Demonstração dos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos:

Vencimento	Swap líquido
2011	(36.994)
2012	(21.604)
Após 2012	(15.592)
Receber/(pagar)	(74.190)

Em 31 de dezembro de 2009, determinados instrumentos financeiros da controlada compartilhada Porto do Pecém foram qualificados para contabilidade de cobertura de hedge de fluxo de caixa, pela efetividade da cobertura. Os valores apresentados expressam os valores proporcionais em 50% que corresponde a participação utilizada na consolidação proporcional do investimento. A operação de hedge qualificada para contabilidade de cobertura é constituída pela compra de uma NDF no valor de US\$ 327.000.000 vencendo em 1º de outubro de 2012, com a finalidade de cobrir o pagamento de dívida em dólares ainda não desembolsada junto ao BID.

As alterações no valor justo do instrumento derivativo de proteção designado como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em reserva patrimonial, na medida em que o hedge é considerado efetivo e ainda não foi contratado o ativo ou passivo correspondente e as operações de hedge que não cumpram as condições anteriores, são reconhecidas no resultado a valor justo.

Demonstração da classificação dos instrumentos financeiros de derivativos, designados para contabilidade de cobertura:

	Consolidado	
	Hedge de Fluxo de Caixa	31/12/2009
Ativo		
USD		147.400
Passivo		
R\$		163.482
Total		(16.082)

Impactos dos ganhos e perdas dos hedge accounting no exercício:

	Consolidado			
	31/12/2009		31/12/2008	
	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Derivativos com propósito de proteção	295.008	283.101	32.942	98.293
Total	295.008	283.101	32.942	98.293

32.6 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pelas empresas do Grupo, apresentados na nota 20, são compostos de financiamentos junto à Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Para as transações financeiras em moeda estrangeira, o risco decorre da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira por algumas controladas está coberta por operações financeiras de *hedge*, o que permitiu trocar os riscos originais da transação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente as controladas distribuidoras estão expostas, em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas distribuidoras de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

33 - Subvenções e assistência governamental

A controlada Enerpeixe obteve junto à Agência de Desenvolvimento da Amazônia ("ADA"), em 20 de dezembro de 2006, o direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007.

Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado do exercício, e o valor do imposto de renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido, no valor de R\$ 21.995 em 2009 (R\$23.055 em 2008). A controlada Enerpeixe cumpre todas as exigências para a obtenção desse tipo de incentivo.

O descumprimento dessa condição importa na perda da redução e na obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento do beneficiário e das penalidades cabíveis.

34 - Compromissos

Na Reunião do Conselho de Administração nº 142, de 28 de outubro de 2009 foi deliberada e aprovada a outorga de fiança pela Companhia no valor total de R\$115 milhões, tendo como beneficiárias as companhias Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. (ambas do Grupo Rede), para garantia das obrigações até então suportadas pelo Grupo Rede decorrentes da permuta de ativos celebrada entre a Companhia e o Grupo Rede, com prazo de validade até (i) a substituição integral das garantias outorgadas pelo Grupo Rede, ou (ii) a emissão de carta fiança bancária em favor do Grupo Rede, o que ocorrer primeiro.

35 - Evento subsequente

Na Reunião do Conselho de Administração nº 145 de 26 de janeiro de 2010 foi deliberada e aprovada, a celebração pela Companhia, na qualidade de fiadora e principal pagadora, de Bridge Loan Agreement entre a Elebrás Projetos Ltda. e o Banco do Brasil S.A. destinado ao Projeto Eólico de Tramandai, no valor de R\$200.000, pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da assinatura, crédito este contratado.

Conforme Fato Relevante divulgado em de 22 de fevereiro de 2010, as administrações das controladas Bandeirante e Escelsa assinarão o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 202/1998 e o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1995, respectivamente, conforme proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica para aperfeiçoar a metodologia de cálculo da variação da Parcela A, de modo a introduzir a neutralidade dos encargos setoriais a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO LUIS GUERRA NUNES MEXIA
Presidente

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Vice-Presidente

Conselheiros

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES
FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

PEDRO SAMPAIO MALAN

ANA MARIA MACHADO FERNANDES
MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA
FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA

DIRETORIA

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Diretor Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e de Comercialização

MIGUEL DIAS AMARO
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e de Controle de Gestão

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
FABIANA BUENO HERNANDEZ
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
EDP - Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da

Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2